

Tribuna da Luta Operária

Nº 358 — DE 2 A 8 DE MAIO DE 1988

Cz\$ 40,00

ATENÇÃO
LEITORES

A dura realidade inflacionária nos impõe um novo aumento do preço de capa desta TO



A DERROTA DO CENTRÃO E DAS MÚLTIS

Na última quinta-feira, dia 28, as forças progressistas obtiveram a sua mais importante vitória na Constituinte até o momento. Por 343 votos contra 126 do "Centrão" e 17 abstenções, o plenário aprovou a nacionalização de todas as riquezas minerais e hídricas do país. As multinacionais terão de abandonar suas posições nesses setores num prazo de cinco anos. Evidentemente o resultado foi um duro golpe para as multinacionais, que atualmente controla nada menos que 38% do total das reservas minerais brasileiras. E irritou seus porta-vozes na Constituinte. O "Centrão", com isto, foi desestruturado. Mas as forças democráticas e patrióticas têm motivos para comemorar. Um dos desdobramentos é o aumento das possibilidades de vitória do mandato de 4 anos para Sarney na votação das Disposições Transitórias. Leia na página 3.

EDITORIAL

Uma vitória importante

O sentimento nacionalista prevaleceu na votação sobre a exploração dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica em todo o território do país. Uma vitória dos setores progressistas, que merece ser usada. Uma vitória ainda mais expressiva quando se verificam os números da votação: 343 constituintes aprovaram a nacionalização total da exploração do subsolo. Com o "Centrão" ficaram apenas 126 constituintes - 17 se abstiveram.

Os serviços do imperialismo ficaram irritados. Jarbas Passarinho, Roberto Campos, Delfim Netto e José Lourenço protestaram. Vociferaram contra o que chamam de "nacional obscurantismo". Passarinho, coronel da reserva, ficou preocupado inclusive com o fato do Hino Nacional ter sido cantado no plenário: "Como sempre mal cantado e com mau resultado", afirmou, revelando que suas preferências musicais combinam com sua opção política: antinacional.

As multinacionais estão fugiosas. Afinal, apenas na região amazônica os capitalistas estrangeiros controlam 40% das áreas de exploração mineral, detêm 2.615 pedidos de pesquisa, 4.107 alvarás de pesquisa e 97 decretos de lavra! Não foi por acaso que o sr. Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina (fusão da Volkswagen com a Ford), mais uma vez ocupou espaços no noticiário para dizer que "discriminações" contra a exploração de nossas riquezas por estrangeiros "nada resolvem" e fazem com que o Brasil "ande na contramão da História". Aliás, este burguês alemão a cada dia mais interfere nos assuntos internos de nosso país.

Ora, a dependência econômica do país em relação ao capital estrangeiro, ao lado do monopólio da propriedade da terra, tiveram por consequência a profunda crise que hoje o Brasil atravessa. Andar na "contramão da História" é justamente perpe-

tuar essa situação — e é importante notar que o próprio FMI admite que a crise dos países dependentes vai continuar e se aprofundar, mesmo que sejam seguidas suas orientações pró-imperialistas.

As forças progressistas, já mais foram partidárias do isolamento. Defendem, isto sim, um relacionamento em pé de igualdade com todos os países, e o fortalecimento de trocas comerciais benéficas a todos. O que os patriotas não aceitam é a submissão e o atrelamento do país aos interesses estrangeiros.

Hoje, ramos vitais da economia brasileira encontram-se nas mãos do imperialismo. Até setores de atividades que não exigem nenhuma sofisticação tecnológica, como é o caso da distribuição dos derivados de petróleo, são entregues criminosamente às multinacionais. Crime, aliás, que conseguiu manter-se legal: no mesmo dia em que foi aprovada a nacionalização do subsolo, foi rejeitada emenda que nacionalizava a distribuição dos derivados de petróleo em território nacional.

O desdobramento dos trabalhos constituintes mostra que a direita só em condições especiais consegue forçar integralmente as suas propostas. Mas revela também que a vacilação de alguns deputados obriga muitas vezes os setores progressistas a acordos muito aquém dos interesses populares.

Essa observação é importante no momento em que se avizinha uma outra batalha de enorme valor na Constituinte: a votação da reforma agrária. A UDR e os expoentes do "Centrão" já se preparam para impedir que a Constituição mexa em seus latifúndios. E nós, brasileiros, sabemos o quanto é sangrenta a luta por um pedaço de chão em nosso país. É fundamental que os setores populares estejam em Brasília, acompanhando a votação da reforma agrária.



O 7º Congresso na reta final

Com a realização das últimas conferências regionais, o PC do B vai terminando os preparativos para o seu 7º Congresso a ser instalado nos próximos dias 11 a 15 de maio, no Centro de Convenções Rebouças na capital de São Paulo. A unidade e a grande participação da militância nos debates têm sido a marca das reuniões deste partido que em 66 anos de vida, pela primeira vez faz seu congresso na legalidade. Pág. 4

PT expulsa Maria Luíza

A prefeita de Fortaleza e o grupo PRO impediram a realização das pré-convenções do PT no dia 24. Maria Luíza e seus aliados até apelaram para a violência, quando perceberam que não conseguiriam impor o nome de sua preferência para a candidatura do PT à eleição municipal. Em resposta, a direção regional do PT expulsou Maria Luíza do partido. Página 3.



Há saída para a crise no Brasil?

Nesta década o capitalismo dependente brasileiro entrou em parafuso. Em um prazo historicamente curto o país já viveu duas recessões, a reprodução ampliada do capital parece impossível. O empobrecimento contínuo, inevitável. E a burguesia não tem soluções. Leia na página 5.

Um mercado de trabalho racista

No centenário da abolição da escravatura, os números que comprovam a existência da discriminação racial no país. O negro ganha menos, trabalha mais, ocupa funções pouco qualificadas e é a principal vítima do desemprego. Pág. 8



Mitterrand sai na frente

O ascenso da direita Frente Nacional, de Le Pen, foi o fenômeno mais destacado do primeiro turno das eleições francesas. Mas a presidência do país deverá continuar mesmo com François Mitterrand, o líder da esquerda socialista. Leia na página 2.

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

FRANÇA

O perigoso avanço da direita

O mundo ficou assustado: o avanço da direita neo-nazista foi o fenômeno que mais chamou a atenção do primeiro turno das eleições presidenciais francesas, no último domingo, dia 24. O ultradireitista Juan-Marie Le Pen obteve mais de 14% dos votos. Isso significa que mais de 4 milhões de eleitores querem a Frente Nacional, de Le Pen, no poder...

O vencedor do primeiro turno foi François Mitterrand, com 34,1% dos votos, registrando a preferência de 10.360.605 eleitores. Em segundo lugar — disputará o próximo turno, portanto ficou o também direitista Jacques Chirac. Dia 8 de maio eles disputam a presidência da França.

O pleito de abril registrou também a permanente queda dos revisionistas aglutinados do PCF: apenas 6,7% dos votos. O candidato do partido, André Lajoie, ficou com menos da metade da votação de Le Pen. Em 1981 — quando Mitterrand foi eleito pela primeira vez — o PCF tinha quatro ministros no gabinete.

Mitterrand pode beneficiar-se do avanço de Le Pen. É que o representante dos fascistas carrega um enorme fardo: as acusações de racismo e de crimes cometidos na guerra contra a Argélia — acusações que ele nunca refutou. Em 1984 foi desenterrado o passado de Le Pen como tenente do Exército francês na Argélia, no final da década de 50. Participou de sessões de tortura e mais tarde foi reconhecido por suas vítimas.

Dentre as especialidades do direitista: mandar abrir um buraco no pátio de uma prisão, forrar o local de arame farpado e deixar o preso lá, "até confessar tudo". Ele ainda tentou justificar essa barbaridade: "Estávamos em

guerra. Franceses estavam morrendo e era preciso cumprir ordens". De fazer inveja a qualquer militar direitista latino-americano!

Le Pen não esconde também suas simpatias pelo nazismo. E considera que as câmaras de gás que os homens de Hitler utilizavam para eliminar comunistas, opositores e judeus eram "apenas um detalhe" e que não há provas de sua existência...

Ele busca ainda despertar o sentimento chauvinista francês contra os imigrantes — cerca de 1,5 milhão de árabes trabalham na França, logicamente nos serviços menos especializados, mais insalubres e com o salários mais baixos —, culpando-os pelo desemprego crescente no país: "A França já tem estrangeiros demais".

ALIADO INCÔMODO

Um político dessa estirpe transforma-se num aliado prejudicial para a imagem de "direitista civilizado" cultivada por Jacques Chirac, que prefere a companhia do ex-presidente Giscard d'Estaing à de Le Pen. Mas os votos do neoneozista são preciosos para Chirac bater Mitterrand no segundo turno.

Uma arma de dois gumes, pois muitos eleitores de Chirac não aceitam as idéias de Le Pen, e poderiam optar pela abstenção ou mesmo pelo voto em Mitterrand caso a aliança

se entre os direitistas concretize. É dessa situação que Mitterrand pretende tirar proveito.

Se no primeiro turno ele poucas referências fez ao socialismo, mesmo sendo o candidato do PS, para o segundo turno ele ressuscitou o emblema de punho cerrado com uma rosa, que lhe deu a vitória em 1982. Agora interessa ao presidente relembrar aos franceses de que ele é um homem de "esquerda".

Mas não foi isso que o seu governo demonstrou. Muito pelo contrário. Com Mitterrand, o desemprego cresceu; os imigrantes viram aumentadas suas dificuldades para viverem no país; cresceu a perseguição política a asilados — muitos inclusive entregues aos governos que os perseguem; empresas estatais foram cedidas ao capital privado. O governo "fez o trabalho sujo que a direita não tinha feito", afirmou Laurent Fabius, um dos primeiros-ministros de Mitterrand, ao abandonar o cargo.

Essa política anti-popular levou à derrota do PS nas eleições parlamentares em 1985, o que forçou Mitterrand a conviver com Chirac como primeiro-ministro. O presidente que inclusive disputou com Margaret Thatcher o papel de principal aliado dos Estados Unidos na Europa — adaptou-se rapidamente à situação. A ponto do ex-presidente direitista, d'Estaing, elogiá-lo: "as instituições funcionaram, não houve crise de regime; depois, durante estes dois anos, a coabitação evitou os dramas (...) o consenso nacional progrediu".



Mitterrand: volta o apelo para a fraseologia "socialista"



Chirac: preocupado com o pesado apoio de Le Pen (rindo)

Daí a necessidade de Mitterrand voltar à imagem de "esquerda" para enfrentar este segundo turno. E aos france-

ses fica a triste opção de ficar com o menor dos males, diante da ascensão direitista.

PALESTINA

O arbítrio dos EUA contra a OLP encontra resistência na ONU

O representante da República Popular Socialista da Albânia na Organização das Nações Unidas, Bashkim Pitarka, criticou em plenário a atitude do governo dos Estados Unidos de vetar a delegação da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) junto à ONU. Publicamos abaixo trechos do pronunciamento de Pitarka:

"O fato de que a 42ª sessão da Assembleia Geral da ONU seja convocada pela segunda vez a fim de examinar a decisão do Congresso norte-americano acerca do fechamento da missão do observador permanente da OLP junto à ONU demonstra, claramente, não só a inquietação dos Estados membros, mas também a oposição resolvida à maioria esmagadora destes países a esta decisão arbitrária.

"Dita decisão foi justamente qualificada de violação flagrante do acordo de residência na ONU, ingerência aberta e perigosa dos EUA nos assuntos internos da ONU e de séria ameaça de sua integridade e atividade. A delegação da

RPS da Albânia está plenamente de acordo com esta apreciação e se une ao legítimo protesto dos Estados árabes e outros Estados membros contra esta violação descarada do direito internacional e este grave desafio à ONU.

"O momento escolhido para proclamar esta decisão pelo Congresso norte-americano não foi mero acaso. É proclamada precisamente em um momento em que a população palestina dos territórios ocupados se subleva para protestar energicamente contra a violência e os atos criminosos dos ocupantes israelenses."

Referindo-se à situação no Oriente Médio, o representante da Albânia disse que as aspirações e os interesses dos povos, a causa da paz e da segurança nessa região e no mundo exigem da parte de todos os países soberanos e amantes da liberdade a oposição resolvida à política e à atitude agressiva das superpotências, às suas tentativas de estabelecer a hegemonia no mundo, de impor sua vontade e suas ordens.

ALBÂNIA

Vitória do socialismo

Água potável em todas as regiões do país. É para isto que a Albânia caminha. O objetivo pode parecer modesto, mas não é. Nenhuma nação da Europa ostenta tal realização, de grande importância para a higiene e a saúde da população. A prioridade concedida pelo governo socialista à tarefa evidencia o caráter proletário do Estado albanês. Reproduzimos abaixo uma entrevista à Albânia Nueva do especialista Meksi sobre o assunto.

Albânia Nueva: No IX Congresso do Partido do Trabalho da Albânia se proclamou que até o final do oitavo quinênio se assegurará o abastecimento com água potável em todas as aldeias e povoados do país. Como era a situação e o que se prevê fazer?

Meksi: Até fins de 1986, quando o IX Congresso do PTA colocou esta tarefa, o abastecimento com água potável das aldeias por canalização cobria até 54%. De 2.719 aldeias que tem Albânia, cerca de 1.500 têm água canalizada. O resto se abastece com poços que pertencem às famílias, com fontes naturais, com poços de uso comum etc. 1.100 aldeias se consideram como carentes de água porque as fontes ou estão longe ou secam na estação quente.

Segundo o plano que se está aplicando, se construirão aquedutos para o abastecimento de 1.200 aldeias e para

o melhoramento do abastecimento de outras 300 aldeias. Para o melhoramento do abastecimento com água das cidades se gastarão outros 201 milhões de leks (a moeda albanesa): fundos com que se realizarão os trabalhos para a construção e montagem da rede, para os condutores e maquinarias. Desta maneira boa parte das cidades verão satisfeitas suas necessidades de água potável, enquanto que outras melhorarão a situação existente.

A.N.: Que volume de trabalho se realizará?

Meksi: Se abrirão cerca de 4.300 km de canais e se utilizarão cerca de 26 mil toneladas de tubos. Este trabalho se estima em 204 milhões de leks, 118 milhões dos quais serão concedidos pelo Estado, enquanto que 86 milhões serão cobertos com a contribuição da classe operária e do campesinato cooperativista através de seu trabalho voluntário.

A.N.: Como serão distribuídas as fontes no campo?

Meksi: Com a construção dos aquedutos, em cada aldeia haverá uma fonte para cada 60-70 habitantes, ou seja, por cada 10-12 casas. Quer dizer que haverá 60 litros de água por habitante.

A.N.: Algumas aldeias, especialmente nas zonas montanhosas do norte, têm as casas ou grupos de casas dispersas e

afastadas uma das outras. Como se procederá neste caso?

Meksi: Nas aldeias montanhosas, onde as habitações estão dispersas, se previu que o abastecimento se realize através de aquedutos nas zonas determinadas pelo plano de ordenação urbana da aldeia. Se construirão aquedutos por cada bairro da aldeia nos casos em que as fontes sejam suficientes e de boa qualidade. Assim se fez, por exemplo, na região de Mirdita e nas zonas montanhosas das regiões de Kruja, Dibra etc. No caso de que as fontes sejam insuficientes ou a aldeia esteja construída sobre a fonte de água, o que é anti-higiénico, se prevê construir aquedutos a nível de localidade para várias aldeias, abastecidos de uma ou várias fontes. Assim se prevê construir o aqueduto da zona de Shpenze-Maqellare, para 26 aldeias, na região de Dibra; o aqueduto de Mallakastra para 44 aldeias na região de Fier; o de Sulova na região de Gramsh.

A.N.: Que volume de trabalho se realizou até agora?

Meksi: Se previu que durante este ano se realizarão 10% do total de investimentos. Porém o trabalho marchou bem e penso que se realizarão 17% dos investimentos. Desta forma se alcançará abastecer com água, através de aquedutos, a 200 aldeias e melhorar o abastecimento de outras 100.

A.N.: Desejariamos saber algo sobre as reservas de água que tem o país. São suficientes para cobrir as necessidades?

Meksi: Albânia possui abundantes reservas de água para abastecer à população com água potável e para outros usos. Além das fontes naturais, que se estendem ao largo de toda a geografia do país, há abundantes reservas de águas subterrâneas. Podemos mencionar como exemplo a região de Fushe-Kuqe, onde se podem explorar 1.500 litros de água por segundo, e Dobrë, com cerca de 600 litros de água por segundo. Podemos mencionar também Elbasan, Korça etc.



O canal de irrigação da cooperativa de Lapardhase, Berat

Profissão: perigo

Foram assassinados 12 jornalistas no ano passado na América Latina, revelou o presidente da Federação Latino-Americana de Jornalistas, Luiz Suarez. Ele informou que entre 1970 e 1987, foram mortos 232, e 145 jornalistas "desapareceram". Na América Latina é mais difícil exercer a profissão no Chile, Colômbia, Paraguai, Panamá, Guatemala, Venezuela e Haiti: "Os profissionais trabalham com insegurança, ameaçados de perder suas vidas ou de ser condenados a viver no exílio." Em todo o mundo, foram assassinados 18, nove foram seqüestrados, 34 foram presos e 36 jornalistas foram exilados no ano passado.

Falaram demais

O governo sionista proibiu dois jornalistas estrangeiros de trabalharem em Israel por terem revelado detalhes do assassinato do líder palestino Abu Jihad (Khalil Wazir). Clen Frankel e Martin Fletcher não submeteram à censura militar suas reportagens sobre o assassinato, e foram expulsos de Israel.

Protesto comunista

A bancada do PC do B enviou telegrama ao representante da OLP no Brasil, Farid Swan, manifestando sua solidariedade com a causa palestina e seu repúdio ao assassinato covarde e brutal do líder palestino Khalil Al Wazir por terroristas israelenses. Assinado pelo deputado Eduardo Bonfim, em nome da bancada comunista, o telegrama destaca que o assassinato do líder palestino revela o caráter terrorista do Estado de Israel.

Dívida mais dívida

A dívida externa, principal problema econômico do México, ultrapassa os 110 bilhões de dólares. Quando o presidente De La Madrid assumiu, há seis anos, era de 85 bilhões de dólares. Somente com o pagamento do serviço da dívida, seu governo enviou para o exterior cerca de 40 bilhões de dólares!

Para enfrentar o problema, o governo entreguista adota medidas semelhantes à do presidente brasileiro José Sarney: desde 1985, foram privatizadas 112 empresas estatais, 99 foram extintas, 36 sofreram processo de fusão com capital privado. O processo continua, levando a uma monopolização ainda maior da economia em mãos das multinacionais. Ao lado disso, o arrocho salarial: a inflação de março foi de 8%, mas o reajuste dos salários foi de apenas 3%. E os que não sofrem com o rebaixamento dos salários, sofrem com o desemprego: são 8 milhões de desempregados, sem contar os subempregados.

Dragão dourado

Cerca de 3.200 mercenários norte-americanos — os mesmos que invadiram infamemente a Granada — participam das manobras militares "Dragão dourado", desde o início do mês em Honduras, as manobras têm um alvo definido: atacar a Nicarágua. Os mercenários somam-se às tropas estadunidenses — 2 mil soldados — que já se encontram em Honduras.

Desintegração

Mais de 500 pessoas participaram do protesto dia 24 no campus da Universidade de Johannesburg, na África do Sul. A manifestação foi convocada para cobrar do governo racista do Apartheid o fim da prisão e tortura de adolescentes. "A prisão de crianças representa a desintegração da civilização", afirmou um opositor. Foi o primeiro ato público desde que o governo colocou na ilegalidade 19 organizações opositoras, em fevereiro último.

A luta operária

Cerca de 2 mil trabalhadores, incluindo 680 motoristas de ônibus, realizaram greve dia 25 em Bydgoszcz, ao norte da Polónia, reivindicando aumentos salariais. Em Inowroclaw, cidade vizinha, os motoristas de ônibus também pararam. Já no sul do país, em Nowa Huta, cerca de 4 mil metalúrgicos entraram em greve na siderúrgica local, dia 26, também reivindicando aumentos salariais. Em Stalowa Wola, 5 mil trabalhadores realizaram ato de protesto contra a demissão de dois operários e exigindo o fim do arrocho salarial.

A notícia só foi divulgada no dia 25, mas o "Pravda", porta-voz do governo de Mikhail Gorbachev, confirmou que no ano passado os trabalhadores de um estaleiro de Leningrado realizaram duas greves. Eles protestavam porque a diretoria da empresa ignorava seus pedidos de melhoria nas condições de trabalho.

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a Imprensa Operária que luta pela libertação e pelo Socialismo

- Anual (52 edições) Cz\$ 3.000,00
- Anual Popular (52 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 750,00
- Anual para o Exterior US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista SP CEP: 01318

CONSTITUINTE

Duro golpe para as multinacionais

O último dia 28 de abril, quinta-feira, pode ser considerado um dia histórico. Foi quando as forças progressistas obtiveram o que, até o momento, constitui sua mais importante vitória na Assembleia Nacional Constituinte. Por 343 votos a favor, 126 contra e 17 abstenções o plenário aprovou a nacionalização de todas as riquezas minerais e hídricas do país. As multinacionais terão de abandonar suas posições nesses setores em um prazo de cinco anos.

O resultado representou, do outro lado, um duro golpe para o imperialismo e o "Centrão", que nasceu principalmente para cumprir o triste papel de defensor do capital estrangeiro durante as votações do capítulo sobre a Ordem Econômica da nova Carta Magna. As multinacionais controlam nada menos que 38% do total das reservas minerais, por concessões de lavra e alvarás de pesquisa. Na Amazônia Legal o domínio alcança 40%. Segundo informações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a participação do capital alienígena na exploração de minerais metálicos atinge 86% do alumínio, 58% do níquel, 63% do tungstênio, 34% no ferro e 80% do



O plenário comemora a vitória da nacionalização, mas o arrogante José Lourenço, foto à esquerda, perdeu as estribeiras e partiu para a agressão.

ouro (quando extraído através de lavra mecanizada). O controle de minerais não metálicos chega a 94% no caso do amianto, 67% na barita, 58% no sal-gema e 63% na produção industrial de diamantes e gemas.

DESESPERO

Os números citados acima dão idéia da dimensão dos interesses que estão em jogo. Não é de admirar a irritação e o desespero da direita e dos se-

tores entreguistas, sentimentos de que deu prova o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) quando se referiu, em plenário, à hipótese de nacionalização dos recursos minerais: "É idéia do PC do B", esbravejou.

De fato, a idéia é também do PC do B. Mas não só. Conforme notou o líder dos comunistas na Constituinte, deputado Haroldo Lima, a defesa dos interesses patrióticos corresponde, hoje, a um grande anseio nacional que não pode-



ria deixar de se refletir nas votações do capítulo sobre a Ordem Econômica: "Os parlamentares foram envolvidos por um grande clima nacionalista", salientou. Tanto foi assim que, após a vitória, a maioria do plenário cantou o Hino Nacional.

"Ficou evidente que o 'Centrão' se desestruturou", disse Haroldo Lima, e acrescentou: "Ainda é cedo para avaliar todas as consequências da derrota sofrida pela direita e os setores entreguistas, mas não existem dúvidas de que a articulação das forças progressistas na Assembleia Constituinte ganha maior terreno a partir de agora".

ACORDO

O primeiro grande revés do "Centrão" ocorreu com a votação do texto básico sobre a Ordem Econômica. O grupo

conservador quis impôr sua concepção, fugiu às negociações com outras correntes e um dos seus líderes, o deputado José Lourenço (também líder do PFL), chegou a exclamar com arrogância: "Vão negociar com os raios que os partam!"

Lourenço pagou caro pela bazófia. Na terça-feira o texto da direita foi derrotado por 279 votos contra 210 e 27 abstenções. Como não foi atingido o quórum regimental de 280 votos para derrubar a proposta, a sessão plenária foi suspensa. A cúpula do "Centrão" foi forçada a voltar às negociações, concluída com um acordo em torno de um novo projeto que previa, em princípio, a proibição de novos contratos de risco para exploração do petróleo, um conceito mais adequado de empresa brasileira de capital na-

cional, bem como a nacionalização de recursos minerais consideradas estratégias, em áreas de fronteiras e reservas indígenas.

O destaque apresentado pelo senador Márcio Lacerda, do PMDB-MT, contudo, nacionalizando toda a exploração mineral, acabou obtendo o apoio da maioria. Como consequência, as disposições da atual Ordem Econômica são mais progressistas que o texto elaborado pela Comissão de Sistematização. Ajudou também neste sentido a posição de uma parcela do empresariado nacional setores dos militares, ao lado da pressão dos setores patrióticos da Constituinte. Pelo seu alcance, a vitória aumenta as possibilidades de que seja aprovado, nas Disposições Transitórias, o mandato de 4 anos para o presidente Sarney.

DIRETAS 88

Preparando novos comícios

A retomada da campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República em 1988 foi a principal decisão da importante reunião realizada em Brasília no último dia 25. As lideranças políticas presentes já definiram a realização de quatro grandes comícios pelas diretas em Salvador, Maceió, Rio de Janeiro e São Paulo, em datas a serem posteriormente marcadas.

A reunião contou com a presença dos governadores da Bahia, Waldir Pires, e de Ala-

goas, Fernando Collor, dos prefeitos de Cuiabá, Dante de Oliveira, e de Diadema, Gilson Menezes, do presidente nacional do PC do B, João Amazonas, do presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, do presidente da CUT, Jair Meneghelli, e de cerca de 60 constituintes, entre eles os senadores Mário Covas, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Afonso Camargo e os deputados Haroldo Lima, Pimenta da Veiga, Fernando Lyra, Olívio Dutra e Brandão Monteiro.

Além da organização desses quatro comícios, que serão promovidos antes da votação das Disposições Transitórias na Constituinte, o Comitê Suprapartidário aprovou a realização de um plebiscito nacional, de caráter oficioso, sobre as diretas em 88 - que será coordenado pela OAB. Também foram estudadas outras formas de pressão sobre os constituintes, como cartazes, placar das diretas, telegramas e caravanas a Brasília. (da sucursal)

CRISE NO PT—CE

Desespero da prefeita

A prefeita de Fortaleza, Maria Luíza, e seus seguidores (num total de 21) foram expulsos do PT por decisão unânime da executiva regional. Os elementos colocados para fora do PT são conhecidos por militarem também no chamado "Partido da Revolução Operária" PRO. Dentre os expurgados estão Jorge Paiva e Rosa da Fonseca, conhecidos no movimento popular por sua atuação divisionista.

O estopim da crise foi a disputa interna pela indicação do candidato do PT à sucessão de Maria Luíza. Uma disputa que, na realidade, começou no momento mesmo da posse de Maria Luíza.

Durante toda a administração da prefeita, o PT tem buscado dar sua orientação no governo da cidade, mas o PRO impede. Pessoas desse agrupamento divisionista ficaram nos postos chaves da prefeitura. Jorge Paiva, considerado um guru de Maria Luíza, implantou a máxima: "Aos amigos, tudo; aos inimigos, nada".

Discordando da orientação dada, o vice-prefeito Américo Barreira renunciou ao cargo. Em represália ao domínio do PT local por sindicalistas, Jorge denunciou o famoso acordo do partido com os coronéis Aduato Bezerra e Virgílio Távora na campanha do padre Haroldo ao governo do Ceará — aliás, os coronéis apoiaram também Maria Luíza para a prefeitura.

Apesar de uma advertência pública da direção nacional do PT aos seus dirigentes cearenses, o conflito cresceu e, durante a renovação do diretório o PRO foi derrotado — o grupo não alcan-

çou sequer os 20% que garantiria sua participação no comando do partido.

SUCESSÃO MUNICIPAL

Com a aproximação das eleições municipais, a disputa entre o PRO e a direção do PT voltou a acenar-se. O grupo de Maria Luíza quer indicar o atual secretário de Finanças, Dalton Rosa, para candidato. A direção regional, contudo, apóia outros três nomes: o deputado José Alfredo, presidente do partido; Mário Mamede, presidente do Hospital Municipal; e Carlos Campeolo, secretário de Urbanismo.

Quando iam ser realizadas as pré-convenções, dia 24, veio à tona a manobra do PRO e de Maria

Luíza. Prometendo casas, remédios e outros benefícios a favelados, eles filiaram 1 mil pessoas no PT, para garantir a vitória de seus candidatos. A direção regional recusou essas filiações. Em represália, o grupo da prefeita partiu para agressões físicas e tumultos, impedindo a realização das pré-convenções.

Diante do fato inusitado, a direção do PT resolveu expulsar os militantes do PRO do partido. A direção nacional apoiou a medida. Maria Luíza, agora, ensaia ir para o Partido Humanista. E a direção do PT discute a formação de uma Frente Popular para concorrer à prefeitura, integrada pelo PC do B, PDT, PT, PSB e PCB. (da sucursal)



Maria Luíza a estrela desce

Ato de 20 mil gaúchos

A luta pelas diretas em 88 voltou às ruas. No último dia 22, cerca de 20 mil populares participaram de um comício realizado em Porto Alegre. O ato contou com a presença de dirigentes nacionais de vários partidos, como Dynéias Aguiar (PCdoB), Lula (PT) e Brizola (PDT), além de várias lideranças partidárias, sindicais e populares gaúchas.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a prefeitura da capital e a Assembleia Legislativa do Estado colaboraram para o êxito da manifestação, cedendo a infra-estrutura e os materiais de propaganda — inclusive anúncios no rádio e TV. A amplitude do movimento também foi decisiva para o sucesso do ato. Até mesmo parlamentares do PL, do PFL, do PDS e do PMDB

participaram de sua convocação.

A manifestação se iniciou às 18 horas com a apresentação de artistas populares. Depois falaram os representantes de todos os partidos e entidades, como a OAB, Corrente Classista da CGT, CUT, UNE. Alceu Collares, prefeito de Porto Alegre, Brochado Rocha, da Câmara de Vereadores, e Alcir Lorenzon, da Assembleia Legislativa, também usaram da palavra. Por último, discursaram as lideranças nacionais dos partidos. Dynéias Aguiar, secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, arrancou aplausos dos manifestantes ao criticar as Forças Armadas, o imperialismo e a organização fascista dos latifundiários, a UDR — os principais sustentáculos do governo

retrogrado e corrupto de Sarney.

POSTURA ARROGANTE

O lado negativo da manifestação ficou mais uma vez por conta do PDT e de seu caudilho, Leonel Brizola. A brigada brizolista tumultuou o ato, provocando vários oradores — principalmente os do PCdoB. Como resposta, os manifestantes vaiaram o prefeito Alceu Collares, do PDT, que perdeu as estribeiras. Brizola, por sua vez, fez o discurso mais longo e cansativo. Num conduta eleitoreira, preferiu atacar o governo do Estado e quase nada falou contra o governo Sarney. Irritado com as vaias, ainda insultou os manifestantes — "esses mau educados, que merecem uma boa lição". (da sucursal)

PROPAGANDA NA RÁDIO E TV

Um projeto mais democrático

Os líderes dos partidos políticos representados no Congresso Nacional finalmente chegaram a um acordo a respeito da distribuição do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV. Com isso, já foi requerida a urgência para o Projeto de Lei que regulamenta as eleições municipais de novembro, que deverá ser votado na próxima semana.

Pelo projeto acordado, a propaganda eleitoral gratuita ocorrerá nos 45 dias que antecedem a eleição, e não mais nos 60 dias, como o previsto anteriormente. Nesse período, todas as emissoras de rádio e TV do país destinarão 90 minutos diários à essa propaganda, sendo 45 minutos durante o dia e 45 minutos à noite, en-

tre as 20 e 23 horas. Na distribuição de tempo todos os partidos foram contemplados.

Essa proposta consensual, embora ainda débil, representa uma tentativa de se obter uma distribuição mais democrática do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita, garantindo-se inclusive um tempo mínimo de dois minutos para os partidos sem representação no Congresso. A proposta prevê, ainda, a permissão para transmissão de debates entre os candidatos, a possibilidade de participarem dos programas outras pessoas indicadas pelos partidos que não sejam candidatos, e regulamenta a chamada boca de urna, permitindo a distribuição de "santinhos" a 100 metros do local da eleição.

O projeto que será votado também regulamenta as coligações, o prazo de filiação partidária e domicílio eleitoral e a distribuição do número de candidatos, estabelecendo que poderá ser até o triplo de vagas, aumentando-os proporcionalmente dependendo do número de partidos coligados. Além disso, o projeto prevê que a eleição dos prefeitos nos municípios com mais de 200 mil eleitores será feita em dois turnos, independente da promulgação da nova Constituição. Em relação ao direito de voto dos maiores de 16 anos a situação é diferente — uma vez que a Constituição atual proíbe esse direito. Para que os jovens possam votar ainda nessa eleição será necessária a promulgação da nova Constituição. (da sucursal)

Petista apóia sionismo

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre realizou na terça-feira, dia 26, uma sessão solene em homenagem aos 40 anos da criação do Estado de Israel, requerida pelo vereador Isaac Inhorn, do PDT. Esse vereador, anteriormente tentou inviabilizar a realização de uma sessão especial dedicada ao dia internacional de solidariedade ao povo palestino, proposta pela vereadora Jussara Cony, do PC do B. Que o vereador Inhorn

propusesse a realização da sessão e que outros vereadores reacionários, como Jorge Goulart, do PL, participassem, pode ser considerado normal. Eles têm sido porta-vozes do sionismo na Câmara Municipal. O que se estranha é a participação do líder do PT, Antônio Hohlfeldt, neste ato. Como participar desta iniciativa no momento em que o Estado de Israel promove verdadeiras chacinas contra os palestinos nos territórios árabes ocupados, quando

assassinaram o líder da OLP, Abu Jihad e mantém no cárcere a brasileira Lâmia, sem que tal atitude acabe por emprestar legitimidade a estes fatos?

O que se diz é que grupos de Estudos Judaicos do PT, teriam insistido em sua participação na homenagem.

Justa foi a posição do PC do B. A vereadora Jussara Cony negou-se a participar do ato, e segue firme na denúncia de Israel como Estado do terrorista e racista que é.



Os trabalhos da mesa diretora estiveram sob a presidência de Edson Silva.

7º CONGRESSO DO PC DO B

Vitória da unidade

A julgar pelo espírito de unidade, a riqueza dos debates e o número de filiados que estão sendo envolvidos nas discussões preparatórias do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil, pode-se antever uma grande vitória em seu desfecho nos próximos dias 11 a 15 de maio, no Centro de Convenções Rebouças na capital do Estado de São Paulo. A maioria das conferências regionais já foram concluídas, faltando apenas a de São Paulo, Bahia e Ceará, que deverão ser realizadas quando esta TO estiver circulando. (*)

De todas as conferências regionais, a maior será a da Bahia. Lá, o PC do B vai realizar a mais importante e representativa conferência do Estado nos últimos 20 anos. Somente na preparação, que envolveu cerca de 2500 filiados em assembléias de base, foram instaladas conferências em mais de 50 municípios e distritos de Salvador e no Interior, que surpreenderam pelo índice de participação e pelo nível das contribuições.

O presidente regional do PC do B na Bahia, Péricles de Souza, entusiasmado, declarou: "— Filiar-se ao partido já é um ato de coragem, uma importante decisão. Mas participar da estrutura partidária é uma opção de vida e o partido nacionalmente dá um grande exemplo de vitalidade na preparação do 7º Congresso."

Em Camaçari, município bem próximo de Salvador, mais de 500 filiados participaram da conferência municipal. O entusiasmo e o bom nível dos debates foram as marcas do evento. Na ocasião, após a tomada de posição sobre os documentos da direção nacional, os comunistas de Camaçari resolveram lançar a vereadora Luiza Maia como candidata do PC do B à prefeitura da cidade nas eleições de novembro, apresentada como a alternativa popular da frente progressista que hoje administra o município.

O CARPINTEIRO DA REVOLUÇÃO

Com a participação de 150 delegados eleitos em mais de 30 conferências municipais, destacando-se a presença de 30% de mulheres, realizou-se na Câmara Municipal de Porto Alegre a conferência regional do Rio Grande do Sul. O encontro foi dedicado a três dedicados comunistas gaúchos, José Humberto Bronca, João Carlos Haas Sobrinho e Paulo Mendes, assassinados pela ditadura nas selvas do Araguaia. Entre os delegados que participaram ativamente

dos debates estava o carpinteiro Paulo, de Cruz Alta, que declarou: "Enquanto não houver revolução aqui no país não fico contente."

O balanço da atividade do partido no Estado foi aprovado, ressaltando-se os grandes êxitos, particularmente o fato de contar hoje com dezenas de dirigentes sindicais. Foram aprovados também os documentos apresentados pela direção nacional, eleitos os delegados para o 7º Congresso e, encerrando os trabalhos, ouviu-se o som do hino dos comunistas, a Internacional, cantada por todos os presentes de pé e com os punhos erguidos.

QUALIDADE NOVA

A conferência regional do PC do B em Minas Gerais contou com a participação de quase 100 delegados representando o partido em 20 municípios do Estado. Estes dados revelam o crescimento não apenas numérico do partido, mas também de uma nova qualidade com a participação das delegações operárias, destacadamente de Betim-Igarapé.

Os debates aprofundados refletiam o avanço político do coletivo partidário e o surgimento de novos quadros no partido. A avaliação nacional e regional feita na conferência é de que o PC do B está no caminho certo. Isto é uma base real para que se materialize o desejo de elevar o trabalho do partido a um novo patamar. Com a meta de filiações fixada em 10 mil filiados para novembro, o partido pretende eleger vereadores nos maiores centros urbanos do Estado, bem como consolidar e ampliar o trabalho sindical e retomar as frentes de jovens e de mulheres.

DESTAQUE PARA O CAMPO

Em Mato Grosso, a mesa diretora dos trabalhos da conferência, a exemplo dos camia-

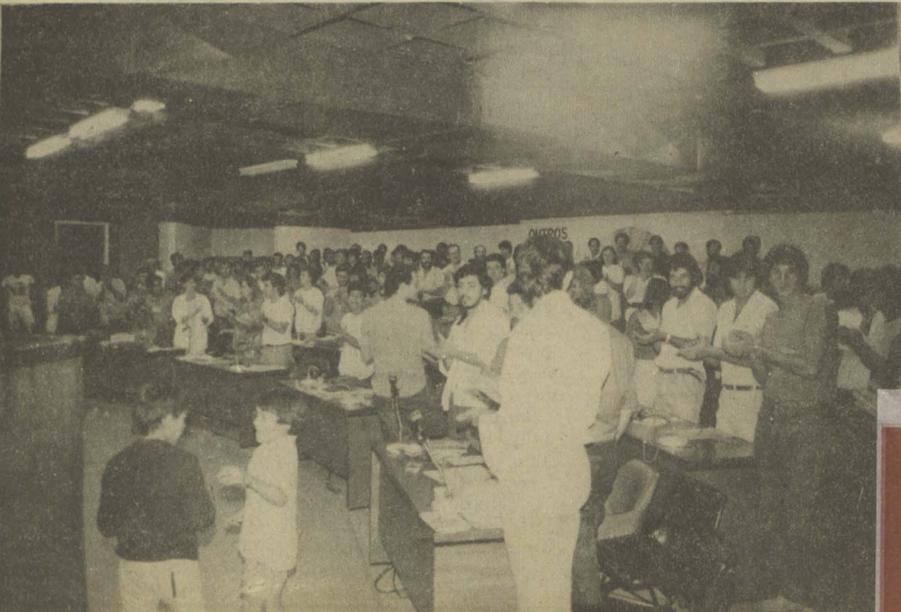
radas comunistas do Rio Grande do Sul, homenageou os combatentes que morreram no Araguaia. Desta vez foram lembrados Giancarlo Castiglia e Daniel Antônio Callado. Dois pontos chamaram a atenção dos comunistas matogrossenses: a avaliação da situação nacional e a questão organizativa. Neste último ponto, várias intervenções se detiveram na necessidade de avançar na organização do trabalho entre os camponeses do Estado, que é fundamentalmente baseado na agropecuária, com grande contingente de assalariados rurais. Encerrando os trabalhos da conferência, vários artistas se apresentaram, inclusive um jogral composto de comunistas negros, em homenagem ao centenário da abolição e ao líder negro sul-africano Nelson Mandela.

A conferência regional do Amazonas se desenvolveu em clima combativo e de defesa do partido. Uma das resoluções aprovadas por unanimidade hipotecou irrestrito apoio à direção nacional, que recentemente foi vítima de monstruosa campanha de calúnias e difamação. Na mesma resolução, a conferência condenou veementemente toda e qualquer tentativa de formação de grupos e frações no partido, conclamando o coletivo a lutar pela unidade de ação e pensamento do partido em torno da nova direção regional.

A mesma preocupação com a unidade do partido se verificou na conferência do Rio Grande do Norte, onde se aprovou uma moção de apoio às decisões tomadas pela direção nacional quando expulsou o grupo fracionista de Barbosa e Amelinha em São Paulo. Esta conferência ressaltou ainda o avanço conseguido pelo partido na área sindical.

Em Roraima, Acre e Rondônia, o PC do B também realizou as conferências regionais. Em todas elas verificou-se o crescimento numérico e orgânico do partido, revelando sua influência nos meios democráticos e progressistas desta região. (as sucursais)

(*) Em São Paulo, ao contrário do que se publicou no número passado, a conferência regional teve início no dia 29 de maio, prolongando até o dia 1º de maio. Já tinham sido indicados delegados em cerca de 80 cidades do Estado quando fechamos esta edição. O destaque na preparação ficou por conta da participação operária e de assalariados rurais.



Na Câmara Municipal de Porto Alegre, os delegados da conferência do PC do B.

1º de Maio, dia de luta

OPINIÃO PARLAMENTAR

Edmilson Valentim
Constituinte do PC do B-RJ

Simbolo da luta do proletariado contra a exploração capitalista, o Dia do Trabalho rememora e homenageia os mártires de Chicago que ao iniciarem o combate pela jornada de 8 horas de trabalho foram condenados à morte. Spis, Parsos, Fisher e Engel foram vítimas da burguesia que, raivosamente, tentou conter a luta dos explorados recorrendo à força. Mas a classe operária de todo o mundo se levantou e demonstrou que amadurecia a sua consciência de classe e, em combates muitas vezes sangrentos, conquistou a jornada de 8 horas.

De lá para cá a burguesia tornou ainda mais feio a exploração do proletariado. A taxa de mais-valia elevou-se como nunca. Com o avanço da tecnologia já hoje a jornada de trabalho poderia perfeitamente andar ao nível das 5 horas diárias. E, entretanto, trabalha-se como nos idos de 1886, quando da revolta dos trabalhadores de Chicago!

O sistema capitalista debate-se hoje numa crise geral, não encontrando saída. No Brasil, a inflação prossegue em marcha acelerada. Segundo os cálculos do Dieese, anda próxima dos 430% ao ano e pode atingir os 800% ainda em 1988. A contínua emissão de papel-moeda e de títulos de circulação forçada sobrecarregam a dívida interna.

O déficit público é cada vez maior e o governo, ao invés de acabar com a cor-

rupção dentro de sua própria estrutura, expropria parte dos salários dos funcionários públicos congelando a URP, além de tentar impedir a ação da CPI da corrupção. Na tentativa de salvar o capitalismo brasileiro da crise, o governo aprofunda a dependência do país ao capital estrangeiro, ameaçando gravemente a soberania nacional. Põe em leilão as empresas estatais rentáveis, permite a conversão da dívida externa em capital de risco, aumenta os impostos, oferece concessões aos banqueiros internacionais e anuncia repetidamente cortes nos gastos públicos exigidos pelo FMI, levando o país à recessão.

Ao mesmo tempo, a monopolização da terra marginaliza perto de 20 milhões de camponeses sem ou com pouquíssimas terras, enquanto 1% dos proprietários agrícolas dominam metade da superfície agrária do país.

O endividamento externo e a ganância dos capitalistas e latifundiários impõe condições de vida aviltantes aos operários e demais trabalhadores. Há milhões de famintos, de enfermos, de desempregados ou subempregados, milhões de menores abandonados, de analfabetos e de pessoas sem lugar para morar.

O nosso 1º de Maio transcorre com o povo lutando por condições dignas de vida. Se a burguesia intensificou o nível de exploração, os trabalhadores não ficaram apáticos, responderam a essa ofensiva com diversas greves. Só em 1987 mais de 8 milhões de trabalhadores estiveram em greve. Configurou-se, assim, um avanço no nível de consciência e de organização dos trabalhadores. Isso se evidencia, também, em outras formas de luta, como foi o caso dos quebra-quebra de ônibus em repúdio ao aumento das passagens e dos protestos às aparições públicas do presidente da República, duramente reprimidos.

Nesse panorama, fica evidenciado que a luta dos trabalhadores brasileiros precisa se realizar em níveis mais elevados, de forma que o combate pela verdadeira democracia e pelo progresso social conduza os trabalhadores no rumo da construção do socialismo, como um novo sistema econômico que acabe com a exploração do homem pelo homem e que instaure condições igualitárias de vida para todos os brasileiros.

DÍVIDA EXTERNA

Uma agressão à soberania

O direito de confiscar bens do Brasil no exterior em caso de moratória. É uma cláusula com esta disposição que os bancos estrangeiros credores pretendem incluir no acordo sobre a dívida externa que vem sendo negociado com o governo Sarney.

Ela atinge diretamente o direito de imunidade soberana do país, embora não seja propriamente uma novidade: algo parecido foi negociado em 1982 pelo governo Figueiredo. A exigência mostra bem a arrogância dos grandes agiotas internacionais, que se julgam proprietários das nações endividadadas.

A aceitação de tamanho absurdo pelo governo à época da dupla Figueiredo-Delfim motivou um verdadeiro escândalo e até mesmo uma ação judicial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em defesa dos princípios de soberania nacional e contra o ato entreguista do regime militar. Por isto, até o momento o governo de José Sarney tem relutado em se render a mais esta imposição dos bancos.

FMI

Contudo, outros pontos da negociação em andamento são

PC do B - SP



Ele prepara o acordo com FMI

também profundamente prejudiciais aos interesses nacionais. Os credores reivindicam, por exemplo, o privilégio de poder converter o valor integral dos novos empréstimos (isto é, sem desconto) em ativos brasileiros (empresas, ações, títulos).

Já o FMI continua batendo na tecla da redução do déficit público através da diminuição dos investimentos governamentais (especialmente das estatais) e de um corte ainda maior nos gastos com pessoal e outros. O déficit deve ser zerado na opinião dos técnicos do Fundo.

Evidentemente medidas com esta orientação já estão sendo tomadas pelo governo

Sarney. Contudo, o órgão quer que elas sejam ainda mais rigorosas, o que, na situação atual do país, só pode significar o aprofundamento da recessão e do arrocho.

Também neste nível, aparentemente, há polêmica. O Ministério da Fazenda julga que, neste ano, o teto mínimo a que se pode chegar na redução do déficit público é restringi-lo a 4% do Produto Interno Bruto. Caso contrário, as contradições sociais poderão ser elevadas a um nível ainda mais explosivo.

Apesar disto, o ministro Mailson da Nóbrega retornou aos Estados Unidos na semana passada com o objetivo de acertar o cronograma de negociação com o FMI, além de mendigar novos empréstimos ao Banco Mundial. Enquanto isto, no Brasil, teve continuidade o processo de conversão da dívida externa em investimentos diretos, através da realização de um novo leilão, desta vez na Bolsa de Valores de São Paulo, dia 28. Com isto, desnacionaliza-se ainda mais a economia e introduz-se novas pressões sobre o déficit público, uma vez que os cruzados convertidos têm de ser cedidos aos bancos pelo Banco Central.

A morte de Dona Antônia

Os comunistas de São Paulo perderam mais uma combatente destacada na semana passada. Uma kombi desgovernou-se e tirou a vida da militante Antonia Maria Torres da Silva, de 49 anos, moradora da Zona Leste da capital. Com mais de 20 anos de ligação com o PC do B, Antonia se dedicou com uma garra e determinação reconhecida por todos os seus companheiros e moradores da região de Ponte Rasa e Vila Rio Branco, em defesa dos interesses populares.

Operária têxtil, integrou-se na produção em Pernambuco e depois transferiu-se para São Paulo, onde trabalhou na Vicunha. Em seu bairro, contribuiu de forma decisiva na profissionalização de mulheres, tendo formado 100 trabalhadoras em costura reta e overlo-

quista. Outras 100 já estavam inscritas em novos cursos quando morreu. A questão da moradia também foi sua preocupação constante. Organizou

mais de 2 mil famílias, cadastrando-as junto ao governo estadual. Aliás, esta foi uma de suas últimas vitórias, na 5ª feira anterior ao acidente.

SOCIEDADE AMIGOS DE VILA RIO BRANCO

Fundada em 07-09-1963

Registrada no Cartório Adalberto Netto Sob. o N.º 11.270

Sócio N.º 148/86

Dona ANTONIA M. TORRES DA SILVA

R. VILA BRANCO S. QUEIROZ, 632

Instituído em 12-01-86

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Dona Antônia destacada militante comunista da Zona Leste de S. Paulo

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Teste seus conhecimentos

No último dia 27, o "Jornal da Tarde" publicou um debate entre Lula e Luiz Antônio Medeiros. Seleccionamos algumas definições e, como teste para o seu "conhecimento político-sindical", desafiamos o leitor a apontar o autor de cada uma das frases abaixo:

DEMOCRACIA É...

"Democracia para mim é sentar na mesa patrão e empregado, os dois em igualdade de condições".

"Democracia é, por exemplo, o sindicato de classe poder entrar numa fábrica para fiscalizar as condições de trabalho sem maiores dificuldades. O patrão é dono da fábrica mas não é dono do trabalhador".

"Na atual situação econômica mundial é até burrice você proibir pura e simplesmente a entrada do capital multinacional. Você precisa é controlar a remessa de lucros absurda que existe hoje".

"A Itália, tanto do ponto de vista político como sindical é a menina dos meus olhos. Se um dia eu tivesse que pedir asilo político eu iria para lá".

"O problema (do imposto) é saber como está a aplicação desse dinheiro. Se o trabalhador pagar imposto e, em contrapartida, tiver uma boa qualidade de saúde, de educação, de transporte, ele paga satisfeito. Hoje o governo leva três ou quatro salários (por ano) e o trabalhador se sente roubado. Mas se voltasse para ele, como volta na Suécia, na França, ele falaria que está bem pago o imposto".

Deu para perceber a divergência? Todas as frases acima são do Lula. Não desanime, vai aí uma segunda tentativa:

Consciência de classe

"O que falta neste país é maturidade dos dirigentes para saber encaminhar as coisas de forma unitária, quando os interesses são iguais".

"Você moderniza o capitalismo investindo em tecnologia, coisa que o Brasil não faz porque recebe o prato pronto".

"O sindicato dá consciência de classe. O que é consciência de classe? É dizer: olha o patrão não vai dar nada de graça. A tendência do capitalismo é acumular, essa tendência é universal. O que nós temos de fazer? Nós temos que partir para a luta. Só se conquista coisas se tiver luta. Essa é a maior consciência de classe, é ensinar o pessoal a ir para a luta".

"O problema é que hoje você não tem controle por exemplo, sobre o INPS. Por que o INPS tem que ser ministério? O trabalhador tinha que estar lá na sua direção com poder de decisão".

"Nada podemos esperar do governo. Nós queremos autonomia em relação a ele. Quando o governo entra é para dificultar".

Estas são bem mais fáceis. As duas primeiras são do Lula. As outras três são do Luiz Antônio. Uma última chance: "você tem que levar em consideração, na formação de uma chapa, as forças que estão na categoria. Não é escolher porque o cara é do P não sei das quantas. É escolher pela representatividade e do cidadão tem. E se ele tem representatividade, não pode ser discriminado". Você disse Luiz Antônio? Puxa, errou por pouco, é do Luiz Ignácio Lula da Silva. A prática? Ora, a prática...

APENAS UM ALERTA

Não devemos exagerar o valor dessas comparações, embora sejam coisas repetidas em várias ocasiões. De toda forma mesmo com o tom de brincadeira servem para alertar sobre as dificuldades da construção de um sindicalismo classista. (Rogério Lustosa)

CRISE ECONÔMICA

Uma década de estagnação

Desde 1980 a nação brasileira vem sendo submetida a um empobrecimento rápido, contínuo e que parece não ter fim. Vivemos uma década de estagnação e arrocho salarial. É isto o que indicam as amargas estatísticas relativas aos últimos anos. Elas evidenciam o agravamento da crise estrutural em que está mergulhado o capitalismo brasileiro.

Algo de novo parece ter ocorrido com o capitalismo no Brasil durante a década de 80. Hoje o sistema se assemelha a um burro empacado. Estancou, não tem fôlego para seguir adiante e só pode oferecer ao país uma perspectiva de miséria crescente.

Faz tempo que o modo de produção vigente no Brasil se caracteriza como um capitalismo dependente. O sistema não possui uma dinâmica interna própria, autônoma. E tem seu movimento determinado pelos interesses dos grandes monopólios estrangeiros.

Para que funcione é mister a inversão de capital alienígena. A espoliação das riquezas nacionais, a transferência de recursos ao exterior são duas consequências inevitáveis. Daí sobrevém uma limitação à capacidade de investimentos, uma deformação no ciclo de reprodução do capital no país.

Assim tem sido ao longo das décadas. Não obstante, mesmo deformado o modelo era exibido com orgulho pela burguesia. Dizem que chegou mesmo a produzir milagres e que talvez tenha sido até inspirado por Deus, que aliás é brasileiro. A taxa histórica (anual) de crescimento do PIB nacional até os anos 70 foi de 7,2% e chegamos a ocupar a honrosa posição de décima economia do mundo. A superexploração do proletariado garantia uma taxa de acumulação de capitais alta, o suficiente para permitir a transferência de lucros aos países imperialistas e, ainda, a expansão interna da produção — e de um capitalismo a cada dia mais dependente.

Ocorreram, porém, mudanças de vulto nos últimos anos. A quantidade de riquezas drenadas do país pelo imperialismo cresceu dramaticamente, em decorrência do pagamento da dívida externa. E isto fez com que o capitalismo dependente brasileiro ganhasse uma qualidade nova.

Já não é possível o crescimento econômico, ainda que dependente.

Hoje não se verifica apenas uma deformação no movimento cíclico de reprodução do capital, mas, e sobretudo, uma impotência para o crescimento econômico mesmo que dependente. Tudo indica que a curto prazo, do ponto de vista histórico, a burguesia não tem como solucionar tal problema.

Na década de 80 a média de crescimento do PIB no Brasil foi de apenas 2,8%. A evolução do PIB per capita desde 1981 até o final do ano passado foi de apenas 2,56%, o que configura uma média de crescimento anual de 0,36%. O desempenho da indústria foi ainda pior, como se pode deduzir da tabela seguinte (com base em informações do IBGE) sobre as taxas de variação do PIB:

ANO	PIB	IND	PPC
1980	9,1%	9,2%	6,5%
1981	-3,4%	-9,2%	-5,7%
1982	0,9%	-0,1%	-1,5%
1983	-2,5%	-6,6%	-4,9%
1984	5,7%	6,1%	3,1%
1985	8,4%	9,0%	5,6%
1986	8,0%	12,1%	5,6%
1987	2,9%	0,2%	0,8%

últimos anos, como resultado da superexploração da mão-de-obra, os investimentos diminuíram consideravelmente nesta década.

A taxa de investimentos, tomada pela formação bruta de capital fixo no país, havia alcançado 25,1% em relação ao PIB no ano de 1975, mas começou a declinar violentamente a partir de 1981, chegando a 15,5% em 1984 e estando, neste ano, em torno de 15,7%, conforme mostra o gráfico publicado nesta página (de acordo com informações do IBGE).

Isto se explica não pela queda do montante global de lucros extraídos da produção, mas pela transferência de uma parcela substancial destes aos monopólios estrangeiros. As estatais, que concentram a maior parte do endividamento externo, chegam a transferir todo o excedente que produzem. O setor público, considerado como um todo, dispunha de uma poupança (ou lucro) correspondente a 6,11% do PIB em 1970; em 1985 a taxa foi negativa, de -0,8%.

O modelo se move dentro de um círculo estreito e vicioso

Por outro lado, a transferência de recursos ao exterior, possibilitada pelo superávit da balança comercial, tem se tornado ainda mais onerosa à nação devido à depreciação dos termos de troca (relação entre os preços das exportações e importações). Em 1982 as perdas decorrentes da queda dos preços das exportações brasileiras frente às importações equivaleram a 15,2% do valor das mercadorias que o país vendeu no exterior; em 1982, a 17,7%; em 1983, a 17,8%; em 1984, a 11,7% e em 1985, a 11,6%, conforme informações do IBGE. Apenas nos dois últimos anos é que foram registrados relativas recuperações dos termos de troca.

O capitalismo dependente brasileiro, nessas novas condições, passou a se mover dentro de um círculo vicioso. A incapacidade de promover o crescimento econômico conduz o país ao empobrecimento, à redução do produto disponível para a distribuição interna. Em consequência, o peso da transferência ao exterior torna-se maior, tanto em relação à produção quanto, e em especial, em comparação com os lucros, o que compromete os reinvestimentos e provoca um empobrecimento também mais acentuado.

A tendência de declínio contínuo das inversões atua com mais força e, conseqüentemente, a redução do produto (com a estagnação e a recessão econômica) pode passar a ter caráter permanente.

Tudo indica que as classes dominantes não estão à altura de solucionar este problema. A saída que propugnam é, de um lado, a intensificação da exploração da força de trabalho, como meio de manter e ampliar sua participação (ou melhor, seus lucros) num produto cada vez menor. E, de outro,

o apelo ao capital estrangeiro para que oriente seus investimentos ao país. Com tais recursos esperam retomar a expansão do capitalismo dependente.

São grandes, porém, os obstáculos que encontram. A exploração da mão-de-obra no Brasil já atinge limites insuportáveis e embora os salários venham sendo arrolhados de forma sistemática nos últimos anos a crise não foi debelada. Também o aporte de capitais que poderia vir do exterior, além de difícil em função dos desequilíbrios do sistema a nível mundial, não atingiria volume suficiente para cobrir o rombo causado pela espoliação de que a nação é vítima. Além disto, tal saída amplia ainda mais o modelo dependente, responsável pela crise.

Quem arca, contudo, com o grande ônus da estagnação econômica é a classe operária e os demais assalariados brasileiros. O desespero da burguesia brasileira no sentido de manter e aumentar seus lucros por meio da intensificação da exploração, tem resultado num empobrecimento brutal dos trabalhadores. Estes estão sendo forçados a uma luta de resistência para impedir o arrocho que, não obstante, vem se impondo.

Desde 1980, e particularmente em 1983 (ano dos decretos-leis 2045 e 2065, impostos pelo FMI), o arrocho salarial, apesar de relativas folgas em um ou outro ano, tem sido uma constante na política econômica em vigor no país. Segundo dados coletados pelo Dieese, o salário médio real na Grande São Paulo caiu de uma base 100 em dezembro para 1984 para 77 em dezembro de 1987, sofrendo perdas de 23%. A massa salarial também declinou de 100 para 93,3 no mesmo período.

As greves crescem, porém a burguesia não abre mão do arrocho.

Isto vem ocorrendo apesar da impetuosidade do movimento grevista. O número de grevistas no Brasil cresce ano a ano, refletindo o acirramento da luta de classes a que necessariamente conduz o empobrecimento da nação e a disputa cada vez mais violenta em torno da distribuição dos bens produzidos.

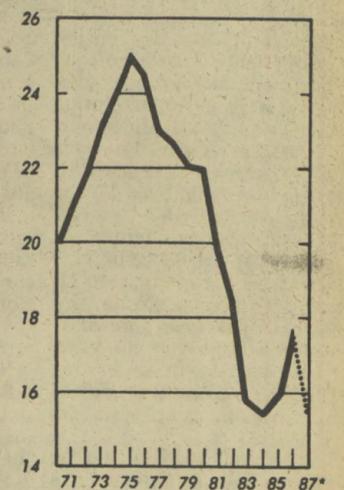
Greves, mas sem grandes conquistas econômicas (às vezes sem nenhuma). Arrocho dos salários como norma constante. A burguesia não só não aceita ceder, como exige mais, impõe a elevação do grau de exploração.

Esta realidade merece ser cuidadosamente estudada pelos trabalhadores conscientes. Ela não deve justificar o desânimo. Ao contrário, o que presenciamos pode ser a agonia do sistema de exploração que, em desespero, torna-se mais e mais iníquo.

Patenteia-se, isto sim, a estreiteza dos que lutam no movimento popular tendo por objetivo resultados meramente econômicos. A esses, com efeito, só resta o desespero. Os chamados "sindicalis-

Taxa de investimentos*

* Formação bruta de capital fixo como % do PIB, de acordo com o levantamento do IBGE



mos de resultados" e "de conquistas", nesta situação têm fôlego curto, caminham para a sepultura.

As classes dominantes brasileiras mostraram-se incapazes de encontrar uma saída para a crise em consonância com as necessidades do povo e da nação. Perseguem soluções de compromissos com os monopólios imperialistas e, desta forma, aprofundam ainda mais a dependência econômica do país, principal causa das enormes dificuldades que atravessamos.

Assim, elas só podem oferecer um empobrecimento contínuo, acenar permanentemente com o arrocho dos salários (como ocorre no momento com a iniciativa do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no sentido de acabar com a URPI), com um entreguismo cada vez mais descarado, de que é prova a conversão da dívida externa e as privatizações em processo. Em consequência, condenam o Brasil a um atraso cada vez mais acentuado em relação aos países imperialistas, à espoliação impiedosa e crescente das riquezas nacionais.

Como resultado de tal política os governantes não podem esperar senão o acirramento da luta de classes. As condições objetivas empurram a nação para a luta, cujo nível precisa ser elevado a um novo patamar. Não haverá saída para a crise enquanto o Brasil continuar submetido aos caprichos dos capitalistas estrangeiros. É preciso romper os laços de dependência econômica e de maneira radical. Coisa que as classes dominantes, como já se viu, não farão. Torna-se necessário, portanto, orientar a batalha do povo tendo por finalidade um novo regime social, um governo cujo poder seja exercido pela classe operária em aliança com os demais trabalhadores do campo e da cidade e que garanta o desenvolvimento independente da nação. (Umberto Martins)

DE OLHO NO LANCE

Matadores legais

"Nós não vamos alisar bandido que atira para matar um policial ou uma vítima inocente. Nós atiramos para matá-lo, no exercício da legítima defesa." Isto é o que diz o major Castro, comandante do 20º Batalhão da PM, sediado em Barueri, sobre o "Comando Cobra", encarregado de patrulhar 14 municípios da Grande São Paulo.

Segundo o próprio major, esta é uma tropa de elite, que já "mandou para o inferno mais de 30 bandidos". Orgulhoso, o criador desta nova unidade a considera superior à "Rota", outro grupo da PM famoso por "mandar para o inferno" enorme quantidade de pessoas.

Estes grupos de extermínio vão proliferando. Nas periferias, quando não aparecem estes matadores "legais", homens valentes chamados de "justiceiros" fazem o mesmo trabalho. E nos morros do Rio de Janeiro, as patrulhas são criadas por quadrilhas de traficantes de tóxicos, interessadas numa certa "tranquilidade" na sua área de atuação.

Os moradores dos bairros pobres, principalmente, apavorados com tanta violência, vão sendo constrangidos a dar apoio a tais iniciativas. Até que vêm um filho ou um parente ser metralhado e, imediatamente, ser incluído na qualificação de marginal. Afinal, foi morto pela lei.

O nome mais apropriado para descrever tal realidade é estagnação econômica. Num curto período a recessão se instalou por duas vezes no país: entre 1981-83 e a partir do segundo semestre do ano passado. Não se trata simplesmente das fases clássicas de contração do capital decorrentes dos ciclos de reprodução características do sistema-da-superprodução.

O capitalismo brasileiro encontra-se num estado de crise crônica, no momento não tem condições de promover uma taxa de acumulação capaz de viabilizar a um só tempo as colossais transferências de lucros (principalmente na forma de juros) ao exterior e garantir a expansão interna.

A capacidade de crescimento do capital é dado pelo montante de lucros que o sistema consegue acumular e destinar à reinversão em novas empresas ou na ampliação das já existentes. Embora os lucros extraídos no Brasil tenham crescido (talvez como nunca) nos

CORRENTE CLASSISTA

MEMÓRIA

Todo apoio às estatais A história do 1º de Maio

Avaliar a repercussão e as adesões alcançadas pela tendência nas duas primeiras semanas após sua constituição. Discutir a participação nas próximas jornadas de lutas dos trabalhadores, em especial a greve simultânea dos funcionários públicos e dos empregados de estatais, nos próximos dias 3 e 4. Estes foram os principais pontos debatidos em reunião da Executiva Nacional da Corrente Classista da CGT, realizada no último dia 27, em Betim, Minas Gerais.

O encontro considerou bastante positivos os resultados alcançados até o momento na luta pelo crescimento da corrente. Os informes apresentados demonstraram em geral grande interesse de amplos setores do movimento sindical em discutirem as propostas da tendência.

Exemplo disso é uma reunião realizada na última semana em Novo Hamburgo, para iniciar a implantação da corrente no Rio Grande do Sul. Mais de 45 sindicatos participaram, e foi eleita uma coordenação nacional composta por 21 entidades. Além disso, a União Portuária do Rio

Grande, que reúne 9 sindicatos, comunicou sua adesão.

Em Maceió, dirigentes de 14 sindicatos participaram da primeira reunião da Corrente em Alagoas, sete dos quais não tinham comparecido ao Encontro Nacional realizado em Campinas. E em São Paulo, a reunião inaugural da tendência marcou a adesão de novos sindicatos ao movimento, como o dos rodoviários, marceneiros, e trabalhadores na indústria de laticínios.

Poucos dias antes da reunião do dia 27 em Betim, foram promovidos, também com sucesso, encontros da Corrente Classista em Minas Gerais, na Paraíba e no Espírito Santo.

Sob influência destes êxitos, a Executiva de Corrente Classista aprovou o seguinte documento, a respeito da greve dos funcionários públicos.

"Reunida hoje, 27/4, no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, em Minas Gerais, a Corrente Classista da CGT, através de sua Coordenação Nacional manifesta sua decisão de participar ativamente da greve nacional convocada para os dias 3 e 4 de maio pe-

los trabalhadores das empresas estatais e do serviço público federal.

"A Corrente Classista entende que o arrocho salarial brutal, a recessão econômica e o desemprego levado a cabo pelo governo Sarney obedecem cegamente as ordens do FMI e banqueiros internacionais, sob a alegação mentirosa de combate ao déficit público. (...) O governo Sarney deverá aceitar até o confisco de suas reservas internacionais caso não cumpra os compromissos com os credores. E isso se dá num momento em que nossa dívida externa chega a cerca de 130 bilhões de dólares.

"Os trabalhadores brasileiros não aceitam mais a submissão completa de um governo que mergulhava na lama da corrupção e é fiel servil de uma espoliação estrangeira sem precedentes. Assim, a luta dos trabalhadores das estatais e do serviço público federal pela reposição das perdas salariais, contra o fim da URP e a privatização das empresas estatais, poderá ser o primeiro passo para a deflagração da greve geral do conjunto dos trabalhadores brasileiros no combate ao governo Sarney e ao FMI.

Todo apoio à greve geral nas estatais, abaixo o arrocho salarial!

Fora o FMI, suspensão do pagamento da dívida externa — juros e principal!

Não à privatização das estatais!

1º de Maio unitário e classista! Fora Sarney, diretas 88!"

Coordenação da Corrente Classista

Em 1º de maio comemorase o Dia Internacional dos Trabalhadores. Não é um feriado festivo, como os patrões tentam impor, mas um dia de luta e união dos explorados de todo o mundo. Esta data lembra um episódio sangrento ocorrido no século passado e que foi marcante para o desenvolvimento da consciência operária no combate à exploração capitalista.

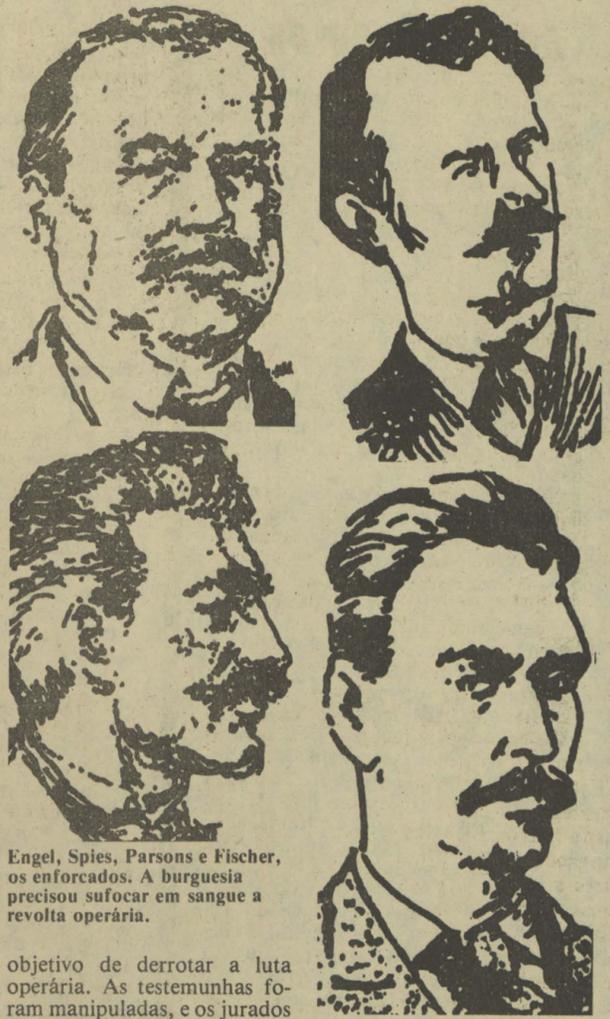
Em 1886 os trabalhadores desenvolveram uma campanha mundial pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Nessa época era comum trabalhar de 14 a 16 horas por dia. Nos Estados Unidos, que passavam por uma fase de intensa industrialização, a campanha pelas oito horas adquiriu grandes proporções. Mais de 5 mil fábricas foram paralisadas.

Diante da força dos grevistas, que iniciaram o movimento no dia 1º de maio, os empresários fizeram questão de demonstrar seu ódio de classe à luta dos trabalhadores. Organizaram milícias armadas, contratando marginais e ex-presidiários para espancar operários, e acionaram a polícia.

Em Chicago, principal centro industrial do país, o confronto entre grevistas e jagunços foi mais selvagem. Um jornal dos capitalistas, o "Chicago Tribune", chegou a incentivar a violência abertamente. "O chumbo é a melhor alimentação para os grevistas", afirmou em editorial. No dia 4 de maio, durante manifestação de protesto, uma bomba explodiu. 38 operários morreram e 115 ficaram feridos. Um policial também faleceu.

O governo não esclareceu a origem da bomba. E numa demonstração de seu caráter patronal desencadeou uma verdadeira onda de terror. Ocupou militarmente os bairros populares invadiu centenas de residências; fechou vários sindicatos e prendeu cerca de 300 ativistas. Processou as principais lideranças grevistas de Chicago: Schwab, Fischer, Parsons, Neebe, Lingg, Fielden, Engel e Auguste Spies.

O julgamento destes trabalhadores — que passaram à história como "Os Oito Mártires de Chicago" — foi uma grande farsa. A burguesia montou um circo com o único



Engel, Spies, Parsons e Fischer, os enforcados. A burguesia precisou sufocar a revolta operária.

objetivo de derrotar a luta operária. As testemunhas foram manipuladas, e os jurados escolhidos a dedo por industriais. Após três meses, o tribunal leu o veredito: sete foram condenados à morte e um a 15 anos de prisão. Posteriormente, a pena de três dos condenados foi transformada em prisão perpétua.

No dia 11 de novembro de 1887, Spies, Parsons, Fischer e Engel foram enforcados. Mais de 25 mil operários participaram do enterro destes mártires. Durante várias semanas as casas dos trabalhadores exibiram flores vermelhas em sinal de luto e de protesto.

Seis anos depois, o processo foi reaberto. O juiz concluiria que os condenados haviam sido "vítimas inocentes de um erro judicial". Na verdade, o episódio sangrento de Chicago comprovou o caráter inconciliável da luta entre trabalhadores e patrões.

Pouco antes de morrer, August Spies profetizou: "se a burguesia acredita que enforcando-nos pode conter o movimento operário, este movimento constante em que se agitam milhões de homens que vivem na miséria, os escravos dos salários, então enforcados... Mas então a burguesia se encontrará sobre um vulcão, e de todas as partes resurgirá a luta operária, surgirá a revolução".

A morte desses trabalhadores e a histórica luta pelas oito horas não foram em vão. Num congresso operário de 1891 ficou decidido que o 1º de maio seria um Dia Internacional dos Trabalhadores. Nele se afirmaria a necessidade da união e da luta dos explorados contra a exploração capitalista. (Altamiro Borges)



A Executiva da Corrente se reuniu para levar adiante as decisões do encontro de Campinas.

MAGRI E MEDEIROS

A traição sem pudor

Um autêntico festival de submissão aos planos da grande-burguesia, de renúncia aos direitos dos trabalhadores e de traição dos próprios interesses nacionais. Não há, rigorosamente não há, outras palavras para qualificar o papel desempenhado pelos dirigentes sindicais Luiz Antonio Medeiros e Rogério Magri no encontro que reuniu em Brasília, no último dia 27, o presidente Sarney e seus assessores, representantes dos setores mais poderosos e reacionários do empresariado, o governador Orestes Quércio, de São Paulo, e membros de sua equipe.

O encontro surgiu como resultado das articulações que

Quércio iniciara há cerca de um mês, em São Paulo, para elaborar um "Plano de Emergência" e "pôr fim à crise". Num primeiro momento, ele quis tirar proveito da vacilação de Sarney em adotar medidas como o fim da URP para os funcionários públicos para apresentar-se como o homem capaz de dirigir o país rumo a uma política econômica definida. Quando o presidente cedeu às pressões da grande burguesia e obteve seu apoio, o governador paulista contentou-se em ser um apoiador destacado das iniciativas reacionárias do Planalto.

É este o conteúdo preciso do documento apresentado a Sar-

ney no dia 27. Ele pede sem rodeios o "fechamento das empresas estatais 'dispensáveis', um 'programa imediato de privatização', 'eliminação de autarquias e órgãos públicos', 'liberação das exportações e importações' e facilidades para a penetração do capital externo. Em determinado trecho, leva às últimas consequências a proposta de redução do papel do Estado, na economia que a 'direita moderna' cultua e chega a falar em 'proibição de novas contratações' no serviço público e em 'penalização' dos aumentos concedidos por empresas estatais ou autarquias a seus funcionários.

Tudo isso, no momento exato em que a Constituinte discute a Ordem Econômica e os setores progressistas lá representados realizam um enorme esforço para impedir a internacionalização ainda mais profunda da economia brasileira e para impor alguma limitação ao poder dos grandes grupos monopolistas. Tudo isso com a chancela das assinaturas de Magri e Medeiros. As vésperas do 1º de maio, resta perguntar até quando o movimento sindical será obrigado a conviver com elementos de tal jaez.



Magri, Quércio, Mário Amato e Medeiros, a favor das multís

BEBIDAS-BA

Deu "Garrafa" na cabeça

A chapa "Garrafa", ligada ao sindicalismo classista, venceu no último dia 27 as eleições para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Bebidas da Bahia. A entidade representa os operários de fábricas impor-

tantes, localizadas principalmente nos pólos industriais de Salvador e Aratu, município da Região Metropolitana.

A vitória da "Garrafa" foi incontestável e acachapante. De um total de 1145 votantes, 736 optaram por ela, ficando

49 com a chapa 1 e 347 com a chapa 3, ambas lideradas por sindicalistas apelegados. Em consequência, o pleito terminou já em primeiro turno. A chapa vencedora assume a direção do sindicato no dia 30 de maio.

METALURGICOS-RJ

Greve chega aos elevadores

Aproximadamente 4 mil operários estão em greve nas 34 empresas de montagem, construção e conservação de elevadores do Rio de Janeiro. Reivindicam 60% de reposição salarial, piso salarial de 3 mínimos, 40 horas semanais, estabilidade no emprego, comissão de fábrica livre e independente, e auxílios-periculosidade e insalubridade.

A greve começou dia 11 de

abril. Em assembléia no dia 26, a categoria votou, por unanimidade, pela continuação do movimento. A disposição de luta ficou clara quando houve a denúncia de que algumas empresas soltaram listas com o nome de companheiros que seriam demitidos. Vários operários se levantaram e foram ao microfone dizer que se a demissão se consumasse, to-

dos iriam deixar os empregos, em solidariedade.

Em entrevista à "Tribuna Operária", o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Mauro Ramos, que coordena a greve, destacou que todos os elevadores do centro da cidade estão sem manutenção, o que poderá causar acidentes. Responsabilizou as empresas por tudo o que vier a ocorrer.

FIAT

Protesto de 6 mil em Betim

Convocados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, cerca de 6 mil operários da Fiat Automóveis realizaram uma manifestação de protesto contra as péssimas condições de trabalho e as demissões arbitrárias na multinacional.

O ato, que contou com a

participação de um diretor da CGIL — central sindical italiana — teve a solidariedade do PCdoB, representado pelo seu presidente regional, Sérgio Miranda, do PT e de políticos de outros partidos. O médico do sindicato fez uma exposição sobre as principais doenças que atacam e inutilizam os

operários na metalúrgica. O presidente do sindicato, Edmundo Vieira; o representante da corrente classista na CGT, Sérgio Barroso; o vice-presidente do Sindicato dos Médicos de Minas denunciaram a exploração capitalista e o arrocho salarial imposto pelo governo Sarney.



Cena do filme de Bertolucci: Pu Yi trabalha como jardineiro em Pequim, após a Revolução de 1949

CINEMA

O ocaso do império

Está em exibição nas telas brasileiras o épico de Bernardo Bertolucci "O último imperador". O filme que narra a vida de Pu Yi arrebatou nove "Oscars" em Hollywood e quatro "Globos de Ouro" — inclusive o de melhor filme e melhor direção, nas duas premiações.

O filme inicia com a coroação do imperador Aisin Gioro Pu Yi, aos seis anos de idade, e seu confinamento na Cidade Proibida, em Pequim, com seus 999 quartos. Tratado pelas inúmeras viúvas do imperador que o antecedeu e por uma legião de eunucos, Pu Yi em poucos anos perderá o poder — que na realidade nunca exerceu —, com a proclamação da república chinesa, em 1912.

A vida de Pu Yi transcorre num período de grandes convulsões na China — a guerra com o Japão, a formação do Império de Manchukuo (onde Pu Yi se presta ao papel de fantoche dos conquistadores japoneses) —, a Segunda Guerra Mundial, a captura do imperador pelo Exército da URSS, a Revolução de 1949 liderada por Mao Tsé-tung, quando o monarca foi confinado — por crimes de guerra — e reabilitado para a vida livre, exercendo a partir de então a profissão de jardineiro e, mais tarde, historiador, até sua morte em 1967.

É um material rico, com que o consagrado diretor de "1.900" e "O último tango em Paris" trabalha com maestria. Um filme milionário, que contou com apoio e respaldo financeiro do governo chinês. Apoio obtido graças à intermediação do partido revisionista italiano — do qual Bertolucci é membro — com o partido chinês, que supervisionou o roteiro da obra.

UM MARIONETE

O roteiro foi escrito por Mark Peploe com o próprio Bertolucci, baseados na autobiografia de Pu Yi. Autobiografia escrita por encomenda do então dirigente chinês Chu En-lais (atualmente publicada em duas versões no Brasil, pelas editoras Civilização Brasileira e Cia. de Letras).

E o filme demonstra com clareza como os homens são expressões das classes a que representam. No caso de Pu Yi, um homem sempre manobrado pelos poderosos do momento, que consegue se adap-

tar às reviravoltas políticas. Um homem que é vítima, ele mesmo, das próprias ambições. A obra de Bertolucci demonstra também como a revolução propicia a libertação do homem. Inclusive a "emancipação" do opressor de sua condição de opressor.

Ou, como afirmou o irmão de Pu Yi, Pu Yié, a um jornalista, em 1982: "O dia mais feliz da minha vida foi um dia na prisão russa, quando eu me surpreendi, de repente, chamando Aisin Gioro Pu Yi de 'meu irmão' e de 'você'. Até então, eu só o chamava de 'imperador' e de 'vossa majestade', e me prosternava aos seus pés para falar-lhe. Até quando eu e minha irmã brincávamos com ele no palácio — ele tinha dez anos e eu nove — só o chamava de vossa majestade."

De um sujeito que sequer amarrava os cadarços dos próprios sapatos, Pu Yi se transforma num homem produtivo, que convive em igualdade de condições com as pessoas que o rodeiam. E "O último imperador" é convincente ao demonstrar isso.

REVOLUÇÃO CHINESA

Mas, seja pelas concepções de Bertolucci, seja pelas pressões do governo chinês, ou mesmo pelo plano geral da obra, o filme não elucida o público sobre o que foi a renova-

ção chinesa e suas limitações. Ao contrário do que querem fazer crer as autoridades locais, a China não é socialista e nem passou por uma revolução proletária. Ocorreu no país de Mao Tsé-tung uma grande revolução popular e democrática. Mas que não avançou no rumo da construção de uma sociedade anticapitalista, sem exploradores e explorados.

"O último imperador" não aborda essa questão. Pelo contrário, fica como acertado o fato da China ser socialista. A obra também não penetra nas contradições profundas que permearam a chamada "Grande Revolução Cultural" nos anos 60, seu processo caótico, anárquico, e o culto a Mao Tsé-tung — um dirigente eclético e antimarxista — que ela ensejou. Assim ao serem exibidas algumas puerilidades da "Grande Revolução Cultural", isso é confundido com o próprio processo de "construção socialista" e de "reeducação" praticado pelo governo chinês. No apagar das luzes, fica a sensação de que o processo revolucionário não passou de encenação.

Aspectos que devem ser levados em conta ao se apreciar de forma crítica esse majestoso espetáculo que é "O último imperador".

(Carlos Pompe)

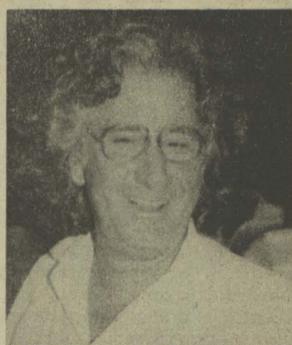


O cineasta com o "Pu Yi adolescente" durante as filmagens

TEATRO

Arte a serviço do oprimido

Augusto Boal, dramaturgo internacionalmente conhecido pela criação do teatro do oprimido — utilização da arte a serviço da emancipação das classes exploradas — esteve recentemente em Cariri. Lá, após ministrar um curso de teatro popular, ele concedeu uma entrevista a Tancredo Lobo, colaborador da Tribuna Operária.



Boal: o teatro pode ser uma arma

T.O.: O que é o teatro do oprimido?

Boal: É um sistema de exercícios, de jogos e técnicas. Objetiva mostrar que todas as pessoas são capazes de se expressar teatralmente, fazendo assim entender melhor a situação de opressão em que vivem. Para quem faz teatro do oprimido, a opressão existe quando um ser humano é reduzido à condição de objeto e o outro é permanentemente o sujeito. Em diversos países o sujeito é a burguesia, enquanto o objeto é a classe operária. O teatro

do oprimido pode e deve ser usado revolucionariamente. O teatro em si não é nada. É o uso que se faz dele que vale.

T.O.: Quais as diferentes opressões dos países do mundo?

Boal: No Brasil — país oprimido — existem opressores. Nos países opressores existem oprimidos. Existe opressão semelhante em todos os lugares do mundo. Por exemplo, os turcos na Alemanha, os negros e árabes na França, são

tratados tão mal quanto os nordestinos no Brasil.

T.O.: Existe algum tipo de reação por parte de atores que fazem o teatro profissional ao teatro do oprimido?

Boal: Existe, e talvez até a culpa tenha sido minha. Houve um momento em que eu radicalizava demais. Mas depois de criar o teatro do oprimido, já dirigi muitas peças que não têm nada a ver com o teatro do oprimido. Existe uma razão da própria insegurança de alguns atores, porque o espectador pode entrar em cena e colocá-lo numa situação em que eles não saibam como sair. É preciso ter coragem, tem que correr o risco.

T.O.: Como você vê o Brasil hoje?

Boal: O que eu estou vendo é um Brasil mais anêmico do que nunca. Atualmente esse regime vampiresco está tirando o sangue do povo brasileiro. É preciso haver uma campanha abolicionista. A gente não pode ficar produzindo e mandando para a casa grande e ficar submisso na senzala.

UJS

Avanço entre esportistas

Um militante da União da Juventude Socialista (UJS) é o novo campeão catarinense de Karatê. Superando grandes dificuldades, Juan José Perez, de 20 anos, conseguiu a façanha ao disputar e vencer, no último dia 24, o torneio estadual da categoria, onde participaram mais 250 atletas.

Por não contar com patrocínio de qualquer órgão do governo ou empresa, Juan teve suas possibilidades de aperfeiçoamento reduzidas, nos últimos dois anos. Deixou de contar com qualquer acompanhamento técnico, e só conserva a forma física porque dá aulas particulares para sobreviver.

A garra e especialmente uma grande disposição de demonstrar que vencer disputas esportivas não pode ser privilégio dos ricos, levaram Juan, que nunca tinha participado de uma disputa semelhante, a inscrever-se para o certame do dia 24. Primeiro colocado, ele participará no próximo dia 11 da luta pelo título nacional,

que ocorrerá em Belo Horizonte.

"A disputa agora é de outro nível", reconhece o militante da UJS. De fato, no campeonato nacional concorre o grupo selecionado dos Karatecas que conquistaram o título regional em seus Estados. Tradicionalmente, a vitória costuma sorrir aos paulistas, cariocas ou mineiros.

Nem por isso Juan fica intimidado. Mais que disputar medalhas ou troféus, ele sonha em transformar o esporte em uma atividade a que tenha acesso a juventude trabalhadora do país.

E já propôs a si mesmo uma grande tarefa, a que se dedicará após o Campeonato Nacional. Quer integrar-se na construção da UJS entre os esportistas, valendo-se do clima de união que a prática do esporte propicia e enfrentando as concepções individualistas e alienadoras que certos setores sociais procuram difundir entre os atletas.



Juan: campeão catarinense

SEMINÁRIO

A mulher universitária

Realizou-se na semana passada, em Recife, o I Seminário da Mulher Universitária, promovido pelo DCE da Universidade Católica de Pernambuco (gestão "Solte a voz"), conjuntamente com a União de Mulheres do Recife e contando com o apoio da tendência "Viração".

Segundo Márcia da Fonte, diretora do DCE, o seminário "superou todas as expectativas. Inscreveram-se 400 pessoas, foram os observadores. Procuramos elaborar o seminário de forma que se pudesse abordar três aspectos: o de maior informação, a realidade

atual da condição da mulher na sociedade e a importância de sua organização".

Proferiram palestras a diretora da revista "Presença da Mulher", Ana Maria Rocha; Gisela Mendonça, ex-presidenta da UNE; Inalda Amorim, presidenta da Associação dos Docentes da Unicap; Jandira Feralli, deputada estadual do PC do B-RJ; representantes de diversos partidos políticos, das secretarias de Educação, Trabalho e Ação Social do governo do Estado.

"Realizamos uma atividade vitoriosa", concluiu Solange

de Souza, presidenta da União de Mulheres de Recife. "Podemos conviver com a realidade das estudantes que, embora não seja muito diferente da situação das mulheres em seu conjunto, possuem particularidades próprias. As universitárias demonstraram muita disposição de luta. Falta-lhes apenas uma maior organização para que possam atuar no dia-a-dia. Dentro desse aspecto, pretendemos realizar um trabalho mais efetivo de nossa entidade na Unicap e ampliá-lo em relação às outras universidades do Estado", finalizou Solange (da sucursal)

Novos rumos no DCE

No último dia 21 foram realizadas eleições para o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa — DCE — UEPG —, no Paraná. Venceu a chapa "Novos rumos", uma composição ampla formada pela Viração, Juventude do PMDB, setores do PT e estudantes independentes, que derrotou a chapa "Geração verde-amarela", da "UDR-Jovem 2".

O resultado barrou a investida da UDR no movimento estudantil, em atividade desde

o último Congresso da UNE em Campinas, onde se apresentou como o grupo "Travessia". Um grupo mais localizado no Paraná, onde a UDR é fartamente sustentada pelos grandes produtores agrícolas.

Os grupos trotsquistas "Em tempo" e "Libelu", aninhados no PT, negaram-se a somar forças para derrotar a direita, optando por ficar de "fora" do processo.

A chapa "Novos rumos" destacou a defesa da autonomia universitária contra o an-

teprojeto do governador Álvaro Dias que coloca nas mãos do Estado o controle absoluto da gestão financeira e administrativa das instituições estaduais de ensino superior.

Segundo a vice-presidente da União Paranaense de Estudantes, Gláucia Tabosa, as entidades estudantis estaduais estão organizando uma grande caravana a Curitiba na data da votação do anteprojeto para demonstrar seu repúdio a este ataque do governo à autonomia universitária. (da sucursal)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffilly
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6844 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, nº 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Ribuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, nº 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Ju-

lho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAÍBA — João Pessoa: Pça. 1817 nº 118 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sergipe, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Recife: Rua Vigário Batista, 236 CEP 5.4500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossago, 221. Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Junqueira, 499-A CEP 59000 Cid. Alta
RIO GRANDE DO SUL: Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 748-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amaral Peixoto 376 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 10 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 109 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saratava, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avellar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 08000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabalaninha, 145 sala 104 CEP 49010
A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Pastel de Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jorúes. (Fone: 815-4999) São Paulo SP.

O racismo no mercado de trabalho

No centenário da abolição da escravatura, o que se observa no Brasil é que a discriminação racial ainda é uma realidade. Um indicador bastante preciso desse quadro — que as classes dominantes tentam escamotear — é a situação do negro no mercado de trabalho. Após a tão alardeada Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, o negro deixou a senzala e foi lançado à marginalização, ao trabalho pior remunerado e menos especializado.

São inúmeras as pesquisas que comprovam que a burguesia se utiliza do racismo para elevar ainda mais o nível de exploração da classe operária. As mais recentes indicam que o trabalhador negro é o mais atingido pelas ondas de desemprego, ganha salários mais baixos, ocupa funções no mercado de trabalho menos qualificadas e tem maiores dificuldades de ascensão social nas empresas e no sistema capitalista.

Um desses estudos é o do sociólogo Miguel Chaia. Ele é baseado numa pesquisa de emprego e desemprego referente ao período de outubro de 84 a julho de 85, que foi elaborada pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo) e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas). As informações contidas nesse estudo são estarrecedoras e, segundo Chaia, "deixam claro o fenômeno já reconhecido de que os negros se encontram em situação desigual e insatisfatória em face da população total do país".

O negro se incorpora mais cedo ao mercado de trabalho do país

A pesquisa do Seade/Dieese aborda a situação dos negros e pardos na Grande São Paulo — o principal centro industrial do país. Ela demonstra que a população negra em idade de trabalhar se incorpora em maior volume e mais cedo no mercado de trabalho devido às suas maiores dificuldades de sobrevivência. Enquanto a taxa de participação do negro é de 62,9%, a do trabalhador branco é de 58,1%.

Ela comprova também que são maiores os índices de desemprego entre a parcela negra da população. No período de outubro de 84 a julho de 85, a taxa de desemprego entre os negros foi de 16,9%, enquanto que para os trabalhadores brancos foi de 12%. O desemprego no chamado "trabalho precário" também é maior entre os negros — 5% contra 2,9% da população branca. "Isso indica que grande parte da mão-de-obra negra, por não conseguir ultrapassar os mecanismos de retração e seleção do mercado de trabalho, passa a dedicar-se a atividades precárias e irregulares (os bicos) como forma de sobrevivência", explica Miguel Chaia.

A constatação de que os negros executam atividades que requerem menos especialização ou capacitação pode ser confirmada pela alta propor-

ção de empregados domésticos — 14,2% —, mais do que o dobro do percentual verificado entre os brancos — 6,2%.

Empregado doméstica: a desproporção que comprova o racismo

A discriminação racial também se expressa nas diferenças de jornadas de trabalho e de rendimentos. Entre a população negra da Grande São Paulo a jornada média de trabalho, no período analisado, era de 44,7 horas semanais. Já entre os trabalhadores brancos ela era de 43,1 horas por semana. Essa diferença aumenta ainda mais quando contadas as horas-extras e outras funções exercidas para elevar os salários.

Quanto ao rendimento médio por hora de trabalho, a desigualdade é ainda mais gritante. Enquanto o trabalhador negro, em 1985, recebia em média Cr\$ 2.140,00 por hora, o branco recebia mais de o dobro — cerca de Cr\$ 4.580,00. "Essa grande diferença salarial está presente em todos os setores de atividade econômica. Desde o setor de indústria de transformação até o de serviços domésticos, observa-se que os negros recebem remuneração bem inferior à dos brancos", garante Chaia.

As diferenças na jornada de trabalho e nas remunerações

Chaia também observa em seu estudo que as condições de desigualdade e as dificuldades de sobrevivência dos negros na sociedade tornam-se mais transparentes quando se analisa os dados referentes à remuneração por hora de trabalho dos chefes de domicílios. "Verifica-se que enquanto os chefes de famílias negras recebem somente Cr\$ 2.905,00 por hora trabalhada, os chefes de domicílios do grupo social branco recebem Cr\$ 6.285,00, ou seja, 116% superior ao chefe de família negra. No total das pessoas ocupadas, as famílias negras contam com recursos bem menores do que os membros das famílias brancas para sua subsistência".

Esses dados que demonstram cabalmente a existência do racismo no mercado de trabalho brasileiro são confirmados por pesquisas mais recentes. O quadro econômico do país mudou nesse período. O arrocho salarial patrocinado pelo governo, a mando do FMI, atingiu ao conjunto dos assalariados. Mas vítima principalmente o trabalhador negro.



A discriminação é usada pela burguesia para elevar ainda mais seus lucros às custas da miséria do trabalhador negro



O negro trabalha nas funções menos qualificadas e pior pagas

Crise econômica agrava ainda mais a situação dos negros

O Seade e o Dieese divulgaram em março passado mais uma pesquisa sobre emprego e desemprego na Grande São Paulo. Ela indica que em fevereiro de 88 houve uma forte redução do nível de ocupação — a maior já verificada pela pesquisa conjunta dos dois institutos. Essa redução atingiu todos os setores de atividade econômica. Além disso, esse mês registrou uma significativa elevação da taxa de desemprego.

A mesma pesquisa aborda a situação particular do negro no mercado de trabalho. Ela mostra que a taxa de desemprego da população negra

cresceu nesse período. Passou de 12,3% para 13% em apenas um mês, enquanto que a dos trabalhadores brancos subiu de 8,3 para 8,7%. Além de mais elevada, a taxa de desemprego entre os negros cresceu de maneira mais acentuada do que entre os não-negros — 5,7% e 4,8%, respectivamente.

Quanto aos níveis de rendimentos reais, a pesquisa observa que em janeiro a remuneração média do conjunto dos ocupados no país foi de Cz\$ 19.173,00. No caso da população negra, esta foi de Cz\$ 12.233,00 e para a população branca foi de Cz\$ 21.849,00. Enquanto a remuneração média do trabalhador negro elevou-se, em termos reais, em 2,7% entre dezembro e janeiro, a da mão-de-obra não negra cresceu em 4,3%.

Um debate urgente

O debate sobre o racismo no Brasil — e mais particularmente sobre a discriminação do negro no mercado de trabalho — tem crescido nos últimos tempos. Com as comemorações oficiais da abolição da escravatura neste ano, o tema ganhou ainda maior destaque. Vários setores progressistas da sociedade e principalmente os movimentos organizados de negros têm aproveitado esse espaço para denunciar a discriminação racial existente e para aprofundar a discussão e estudo sobre o assunto.

Em março de 86, por exemplo, ocorreu em São Paulo o 1º Encontro Estadual dos Sindicalistas Negros. Uma das conclusões importantes dessa reunião foi a de que o movimento sindical subestima essa questão e que deveria dar um tratamento mais sério ao problema da discriminação do negro no mercado de trabalho. Afinal, a mão-de-obra negra representa cerca de 40,2% da força de trabalho no país.

Conforme se observou no encontro, as empresas capitalistas utilizam-se de mecanismos sutis de discriminação, que passam desperce-

bidas pelos próprios trabalhadores. Através dos seus Departamentos de Recursos Humanos, das chefias e dos encarregados, o negro é marginalizado no momento do recrutamento, da seleção, da avaliação de desempenho, da promoção ou da demissão. Com isso, a burguesia aumenta ainda mais seus lucros e procura estimular a concorrência no meio dos assalariados.

Depois desse encontro, novas iniciativas foram tomadas no sentido de estudar o tema. Algumas entidades sindicais chegaram inclusive a incluir em suas pautas de reivindicações alguns pontos específicos sobre a discriminação racial. Entretanto, como observa do Grupo de Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Trabalho, de São Paulo, ainda existe "grande desinformação do negro militante sindical e dos militantes em geral sobre as desigualdades raciais no trabalho". As comemorações desse ano podem representar uma mudança no tratamento do tema — o que em muito contribuiria para o avanço da luta dos explorados no país.

O pão e o fim do subsídio do trigo

Seguindo o receituário do Fundo Monetário Internacional — FMI — o governo brasileiro além de estar promovendo o maior arrocho salarial da nossa história, de acelerar cada vez mais a entrega de nossas riquezas ao capital estrangeiro, e de organizar a venda das estatais rentáveis, iniciou a eliminação dos subsídios, isto é, daqueles que afetam diretamente o estômago do povo. Na semana passada foi anunciado o fim do subsídio do trigo. Com isso, alguns alimentos básicos na alimentação do brasileiro já sofreram aumentos absurdos. O pão, por exemplo, registrou elevação de preços em 115,73% neste ano, enquanto que a inflação ficou em 59,43% (ainda não computada o índice de abril).

A partir de quinta-feira passada o pão francês ficou 35,4% mais caro, sendo vendido nas padarias por Cz\$ 6,50. O percentual de aumento vai refletir num impacto de 2% sobre o IPC de maio e junho. No reajuste estão embutidos, ainda, os aumentos da energia elétrica (19,6%), da mão-de-obra (a UR, ou seja 16,19%), e do fermento (16,95%).

Vários outros produtos cingidos, derivados do trigo, como massas e pão de forma etc, estão sendo aumentados pelo CIP. Em alguns Estados já se esboçam reações inclusive de panificadores. No Paraná eles ameaçam parar de fabricar pão ou diminuir um turno de trabalho, abrindo suas casas apenas das 10 às 18 horas e provocando um desemprego de 50% dos padeiros e funcionários.

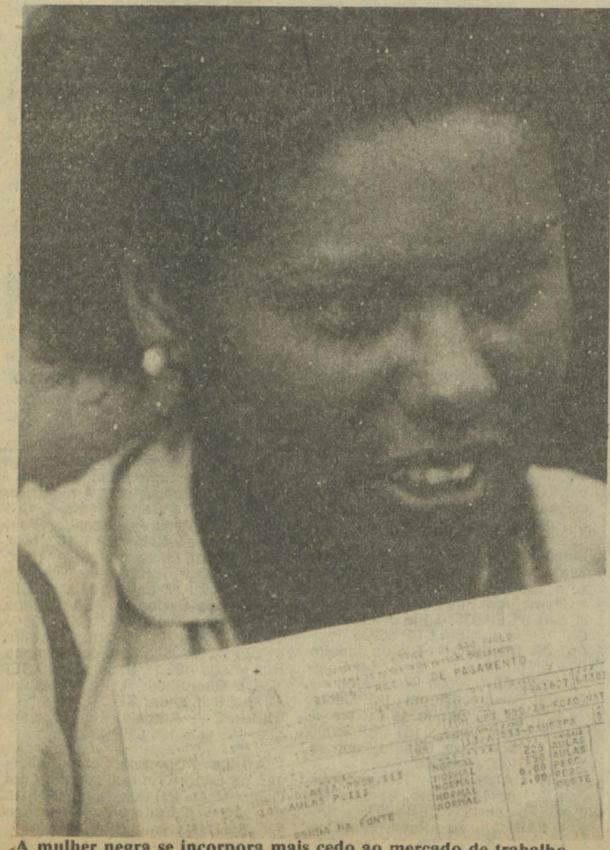
O quilo de pão, em março de 1983, custava Cr\$ 249,30. Em 1984 passou para 775,87 cruzeiros. Em 1985 atingiu a marca de 2.917,00 cruzeiros. A partir de 1986, com o advento do cruzado o pão já cus-

Produto	Preço abril/87	Preço jul/87	Preço atual	Aumento previsto	Novo preço	Varição em 1 ano
FARINHA ESPECIAL-KG	Cz\$ 2,85	Cz\$ 18,00	Cz\$ 49,00	47%	Cz\$ 72,03%	2.427%
MASSA C/ OVOS — 500g	7,86	27,00	80,00	25,2%	62,60%	696%
BISCOITO MARIA — 200g	4,52	16,50	42,00	12%	47,04%	940%
PÃO FRANCÊS — 50g	1,00	1,90	4,80	30%	6,20%	520%
PÃO DE FORMA	5,65	16,00	47,50	11,2%	52,82%	834%

tava 7,15 cruzados, em 1987, 11,80 e no início de 1988, 84,25 cruzados.

FALSA ALEGAÇÃO
O pretexto utilizado pelo governo como justificativa para o fim do subsídio ao trigo é, também desta vez, a necessidade de combater o déficit público. É uma alegação falsa em vários sentidos. Se é verdade que os subsídios e incentivos fiscais em geral oneram o orçamento governamental não é menos verdade que o subsídio ao trigo constitui apenas uma parte do problema: mais desade são, por exemplo, as isenções fiscais às exportações. Há também uma série de subsídios ao grande capital que

continuam intactos. Por que escolher por alvo o subsídio ao trigo, precisamente o que sustentava menores preços para o pão e outros produtos derivados de grande consumo popular? O resultado prático é um só: queda do poder aquisitivo dos salários quando defrontados com derivados do trigo e queda do consumo. Também este resultado o governo persegue, sem dúvidas. Resta lembrar, de quebra, que o efeito em termos de redução do déficit público será desprezível. A causa maior dos desarranjos das finanças governamentais é o endividamento externo. Neste ponto, o governo não tem coragem de mexer.



A mulher negra se incorpora mais cedo ao mercado de trabalho

